

COLETIVO NAÇÃO ARUANDA

MEMÓRIAS DA MARGEM

Contos afro-ameríndios do sul do Brasil

Axé · Aguyjevete · Laroyê · Kawo Kabiyesile

Volume I

Camaquã · Rio Grande do Sul · 2026

Memórias da Margem

Contos afro-ameríndios do sul do Brasil

Coletivo Nação Aruanda

Projeto Baquara Imoye®

Camaquã / Rio Grande do Sul

Volume I

2026



A todos os mais velhos da tradição de Terreiro.

*Aos que guardaram o sagrado quando queriam
destruí-lo.*

Aos que ensinaram sem precisar de palco.

Aos que partiram deixando o fio.

Axé.

Nota de Autoria

As histórias reunidas neste volume nascem de um lugar duplo: das tradições vivas do Coletivo Nação Aruanda, das vivências acumuladas em anos de prática e pertencimento às espiritualidades afro-ameríndias do sul do Brasil, e do diálogo com a memória oral que atravessa gerações.

A elaboração narrativa contou com assistência de inteligência artificial — ferramenta que, neste contexto, não substituiu a memória nem a vivência, mas ajudou a dar forma literária ao que já existia como conhecimento. A responsabilidade pelo conteúdo, pelos valores e pela precisão cultural é inteiramente dos autores humanos.

Os fatos históricos mencionados — a perseguição aos Terreiros gaúchos, a demonização de Exu pelos missionários do século XIX, a Batalha de Caibaté, as alianças afro-indígenas no litoral sul do Brasil — são documentados. As personagens são ficcionais. A memória que elas carregam não é.

Claudio Kubiaki

Coletivo Nação Aruanda — Camaquã/RS

Introdução

Contar histórias é um ato de resistência.

As seis narrativas que compõem este volume nasceram de uma pergunta simples e urgente: o que acontece com as histórias de um povo quando esse povo é sistematicamente silenciado? Elas não desaparecem. Ficam. Ficam nos gestos, nos nomes dos rios, nas sementes guardadas sem explicação, nas cantigas que as avós cantavam sem saber de onde vinham. A memória é mais resistente do que o apagamento.

O Coletivo Nação Aruanda atua em Camaquã, no sul do Rio Grande do Sul, num território que foi habitado pelos Arachanes — povo guarani da costa da Lagoa dos Patos — antes de qualquer colonização europeia, e que recebeu africanos escravizados cujos descendentes construíram Terreiros, fundaram comunidades e mantiveram vivas tradições que o poder oficial declarou mortas várias vezes. Ainda estão aqui.

Cada conto deste volume atravessa tempos diferentes mas carrega o mesmo fio: a conexão entre as espiritualidades africanas e ameríndias do sul do Brasil, a violência do apagamento colonial e a teimosia da memória que sobrevive a

ele. De Yara, a menina que ouviu o coração da mata, a Exu, o mensageiro que nenhuma demonização conseguiu calar — as histórias aqui reunidas são convites: para lembrar, para reconhecer, para escolher o caminho com olhos abertos.

Este é o Volume I. O fio continua.

Sumário

Conto I — A Menina que Ouviu o Coração da Mata

Yara, a aldeia, Ibirapitã — gratidão, memória, respeito

Conto II — O Fio que Não se Corta

Zeferino, Tupã-mirim, Dona Celeste — aliança afro-guarani

Conto III — A Pedra que Guarda o Nome

Karaí, Bará, Edilene — Caibaté e a justiça de Xangô

Conto IV — A Água que Não Esquece

Yrupé, os Arachanes, Lucas — a lagoa e a demonização

Conto V — O Nome que Veio do Tempo

Kaian, Ana, Rafael — a profecia e o Caboclo Tangarai

Conto VI — Laroyê — O que Ninguém Fechou

Adeyemi, Mãe Rosa, Dandara — Exu e a resistência

Memórias da Margem

Contos afro-ameríndios do sul do Brasil

Coletivo Nação Aruanda

Camaquã / RS

I

A Menina que Ouviu o Coração da Mata

*“A palavra que a criança pronuncia / é
semente que o vento leva para longe / e
que
germina em terra que ela nunca viu.”*

— Tradição oral Mbyá-Guarani

A Menina que Ouviu o Coração da Mata

Há coisas que a mata sabe e os homens esqueceram. Não porque os homens sejam estúpidos — os homens são engenhosos, persistentes, capazes de fazer pontes sobre rios e palavras sobre silêncios. Mas o engenhoso tem pressa, e a pressa desaprende. A mata, não. A mata tem o tempo que precisa. E quando decide falar, escolhe com cuidado quem vai ouvir.

Naquele ano, a mata escolheu Yara.



A aldeia ficava encostada num bosque de araucárias e cedros, num pedaço de Rio Grande do Sul onde o rio ainda cantava de manhã e o fogo ainda cantava à noite. Não era um lugar marcado em nenhum mapa que o mundo

exterior se dignasse a consultar — era o tipo de lugar que existe porque as pessoas que vivem nele decidiram, geração após geração, que ele merecia existir.

O povo dali sabia o nome de cada planta. Reconhecia o cheiro de cada chuva — a chuva fina de inverno que cheira a pedra fria, a chuva grossa de verão que cheira a terra viva, a chuva de outubro que cheira ao ano inteiro recomeçando. Antes de colher qualquer coisa da floresta, pediam licença. Não por superstição — por respeito. Existe diferença.

Yara tinha a idade que a história não precisa fixar com número — a idade em que os olhos ainda são grandes de espanto mas os pés já são ágeis de quem não para quieto. Vivia com a avó Antônia, uma mulher pequenininha de cabelos brancos que carregava nas costas décadas de sabedoria e nas mãos o cheiro permanente de ervas e terra boa. A avó era o tipo de pessoa que faz silêncio quando responde — porque suas respostas tinham camadas, e as camadas precisavam de espaço.

A pergunta que Yara mais fazia naquele tempo era sempre a mesma, variada de formas diferentes:

— Por que não podemos entrar na mata depois que o sol começa a baixar?

A avó Antônia sempre parava o que estava fazendo. Não porque a pergunta fosse

urgente — mas porque pergunta de criança merece pausa de adulto.

— Porque a mata tem seus donos, minha filha. E os donos da mata têm seus horários, seus segredos, suas danças. Quando o sol vai embora, eles começam o trabalho deles. Quem entra sem ser convidado perturbaria esse trabalho.

— Mas e se a gente pedisse licença?

A avó parou de vez. Olhou para Yara com a expressão que reservava para os momentos em que a neta dizia algo que ela não esperava — não surpresa, exatamente, mas o reconhecimento de uma inteligência se abrindo.

— Essa é a pergunta certa. Pedir licença é o começo de tudo.

Yara guardou isso. As crianças guardam mais do que os adultos imaginam — não em palavras, mas em algum lugar do corpo onde as coisas importantes ficam até a hora de serem usadas.



Mas havia outra coisa que Yara guardava, e essa ela não contava para ninguém.

Os sonhos.

Havia semanas que vinham pesados, aqueles sonhos — cheios de raízes e de silêncio, de um verde tão fundo que parecia ter cor própria, diferente de qualquer verde que ela conhecia acordada. E no meio desse verde, uma árvore. Enorme, mais alta que todas as outras, com o tronco retorcido como um velho que carrega muito tempo sobre os ombros. De dentro daquele tronco, uma vibração — não exatamente um som, mas algo que o corpo ouvia antes que os ouvidos entendessem.

E depois o nome. O dela. Chamado de dentro da madeira como quem chama de dentro de um sonho anterior.

Yara não contava porque sabia, com a certeza instintiva das crianças que ainda não aprenderam a duvidar de si mesmas, que aquilo era real. E as coisas reais demais às vezes se quebram quando postas em palavras antes da hora.



A aldeia foi mudando devagar naquele período — do jeito que as coisas importantes mudam, sem aviso e sem barulho, só perceptíveis quando você olha para trás e compara com o que havia antes.

As crianças pararam de brincar perto do rio. Ninguém sabia dizer exatamente quando

havia acontecido — foi gradual, como um costume se instalando ao contrário. Os homens voltavam da caça com as mãos mais vazias do que deveriam. As ervas que a avó Antônia colhia toda semana no bosque foram rareando — não cortadas, não arrancadas, mas ausentes, como se a mata estivesse recolhendo para dentro de si o que antes oferecia.

A avó notou primeiro. Ficou mais quieta do que o habitual, o que em Antônia significava uma atenção redobrada ao mundo — ela não silenciava por falta de coisa a dizer, mas por excesso de coisa a ouvir.

— A mata está com saudade — disse ela uma tarde, para ninguém em particular.

Yara ouviu. Não perguntou o que a avó queria dizer. Já sabia.



II.

Numa tarde em que o sol ainda estava alto — porque Yara não era desobediente, era corajosa, e existe diferença entre as duas coisas —, ela caminhou até a beira da floresta.

Parou na margem onde a aldeia terminava e a mata começava, naquele limiar que sempre lhe parecera ter uma temperatura

própria, alguns graus mais fresca que o ar aberto, alguns graus mais carregada de presença. Respirou fundo. E fez como a avó havia ensinado, usando as palavras exatas, porque palavras exatas são diferentes de palavras aproximadas:

- Licença, senhores e senhoras da mata. Licença, Oxóssi, guardião das folhas e dos caminhos. Sou Yara, filha de Antônia, neta desta terra. Venho com coração limpo e passos de respeito. Posso entrar?

O silêncio que se seguiu durou o tempo de três respirações.

Depois o vento respondeu — não o vento do campo aberto que empurra tudo para um lado, mas o vento de dentro da mata, que vem de lugar nenhum e vai para lugar nenhum e simplesmente existe como existem as coisas que não precisam de explicação. Ele fez as folhas mais altas balançarem em sequência, de longe para perto, como cabeças que inclinam em concordância.

Yara entrou.



A mata por dentro era diferente.

Não assustadora — diferente. Como entrar num lugar muito antigo onde o tempo

anda em outro ritmo e os pensamentos perdem a pressa que os acompanhava lá fora. O cheiro era de terra úmida e folha seca e alguma coisa mais que não tinha nome — um cheiro de muitos anos, de muitas estações sobrepostas, de tudo que havia crescido e apodrecido e crescido de novo no mesmo lugar.

Ela caminhou devagar, prestando atenção ao que os pés sentiam através das solas — raízes, terra mole, pedra lisa, folhas que cediam com som de papel velho. Havia passos que não eram os seus — ela percebeu depois de um momento, uma presença lateral que se movia na mesma direção sem se mostrar. Não era ameaça. Era companhia do tipo que a mata oferece quando decide que você pode estar ali.

E então ela viu a árvore.

Era o cedro dos sonhos. Não havia como não reconhecer — o tronco retorcido, as raízes que se espalhavam pelo chão como rios de madeira, os galhos que abriam no alto como braços acolhendo o céu. Devia ter uns trezentos anos, talvez mais. Havia crescido ali antes de qualquer pessoa viva ter nascido. Havia crescido ali quando a aldeia era outra aldeia, quando os avós dos avós ainda aprendiam os nomes das plantas.

Yara se aproximou devagar.

Sentiu antes de ouvir — sentiu nas solas dos pés, subindo pelas pernas, chegando ao

peito antes de qualquer som chegar aos ouvidos:

Pum...pum...pum.

O coração da mata, batendo.



A voz chegou pelo peito, não pelos ouvidos. Grave, lenta, com a textura da madeira velha — carregada de tempo do jeito que as coisas são carregadas de tempo quando não tiveram pressa de existir.

— Yara. Você demorou.

Ela olhou ao redor, instintivamente, embora soubesse que não havia ninguém para ver. Só a árvore. Só o vento quieto. Só a luz esverdeada que filtrava de cima.

— Você... sabe o meu nome?

— Eu conheço todos os nomes que foram pronunciados com respeito nesta terra. Seu bisavô plantou uma semente minha há cem anos. Você carrega um pedaço de mim no sangue, menina.

Yara ficou imóvel — não de medo, mas daquela espécie de paralisia que vem quando a realidade confirma o que você suspeitava e a

confirmação é maior do que você havia se preparado para receber.

- Por que a mata está se afastando da aldeia?
 - ela perguntou, usando a pergunta que havia preparado no caminho, a que parecia a mais importante. — Por que as ervas somem, os animais somem, os sonhos ficam pesados?

A árvore ficou quieta por um tempo que não era silêncio — era consideração.

- Porque o povo esqueceu de ouvir. Não é maldade. É esquecimento. Toda ferida começa quando a gente para de prestar atenção. Os homens foram buscar o que precisavam sem agradecer. As crianças foram crescendo sem aprender os nomes das plantas. Os mais velhos foram calando porque ninguém mais perguntava.

Uma pausa. O vento moveu as folhas altas, e por um momento Yara teve a sensação de que a floresta inteira estava respirando junto com aquelas palavras.

- A mata não está com raiva, menina. A mata está com saudade.

Yara sentiu algo se abrir no peito — não alegria, não tristeza, mas a sensação de que uma coisa que havia estado torta ficou subitamente reta. Como quando você entende

uma coisa que sua avó disse há tempos e que só agora, neste momento, faz sentido completo.



III.

O que veio depois, Yara não havia previsto.

O vento parou. A floresta ficou quieta de uma forma diferente da quietude comum — não a quietude de quando nada está acontecendo, mas a quietude de quando algo está prestes a acontecer. Uma escuridão que não era ausência de luz desceu dos galhos mais altos e circulou ao redor de Yara como fumaça que não arde, como sombra que tem peso.

As pernas queriam correr. A mente gritava em silêncio: vai embora, vai embora, volta para casa.

Yara ficou.

Não porque não sentisse medo — sentia, e era um medo real, que fazia o coração acelerar e as mãos ficarem frias. Mas havia aprendido uma coisa importante nos sonhos das últimas semanas: o medo é uma informação, não uma ordem. Ele te avisa que algo importa. Não necessariamente que você deve fugir.

Ela fechou os olhos. Respirou. E falou com a voz um pouco tremida, mas firme no centro, como uma vela que balança mas não apaga:

— Eu não estou aqui para tirar nada. Não estou aqui com raiva. Estou aqui porque minha aldeia precisa e eu vim pedir. Se você é um protetor desta mata, escuta: eu vim com respeito. Pode me ouvir?

O silêncio durou o tempo de sete respirações.

Depois a escuridão se dissipou — devagar, como fumaça que o vento leva sem pressa. E no lugar dela ficou apenas o cheiro da mata: terra, folha, cedro, chuva antiga.

— Você passou pelo único teste que existe — disse a árvore, e havia na voz algo que Yara interpretou como aprovação, embora a palavra fosse pequena demais para o que sentia. — O medo testou se você estava presente. E você estava.

— Qual era o segundo teste?

— Não há segundo. Só havia um. Muitos chegam até mim com perguntas prontas, mas com corações fechados pelo medo ou pela pressa. Você chegou com o coração aberto. Isso é suficiente.

Yara respirou fundo. A floresta havia voltado ao seu ritmo habitual — os pássaros, o

vento nas folhas altas, o som distante de água correndo em algum lugar que ela não via.

— O que eu devo levar para minha aldeia? — ela perguntou.

A voz da árvore demorou a responder. Quando veio, veio devagar, como quem sabe que o que vai dizer precisa de espaço para ser ouvido:

— Três palavras. Três palavras que o seu povo precisa lembrar — porque já soube, e esqueceu, e o esquecimento é sempre temporário quando as raízes são fundas.

— A primeira: gratidão. Antes de colher, antes de caçar, antes de construir — agradeça. A terra escuta. Os Orixás escutam. Os ancestrais escutam. A gratidão não é fraqueza nem protocolo. É a linguagem que conecta os mundos.

Yara repetiu para dentro de si: gratidão.

— A segunda: memória. Os mais velhos são raízes. Sem raiz, a árvore cai na primeira tempestade. Cada história que um ancião conta, cada remédio que uma avó conhece, cada nome que um velho guarda — isso é riqueza que não tem preço e não tem substituto. Quando essa memória se perde, a floresta chora.

Memória.

— A terceira...

A árvore fez uma pausa longa. Yara esperou.

— A terceira você já sabe. Você a usou quando chegou até mim.

Yara pensou por um momento — e então entendeu. Não com a cabeça, com o corpo inteiro, da forma como se entende as coisas que já se sabia mas precisavam de uma voz de fora para ganhar clareza:

— Licença. Respeito.

— Isso. Gratidão. Memória. Respeito. Três raízes. Se o seu povo plantar essas três de volta no coração, a mata voltará. Os animais voltarão. Os sonhos ficarão leves.

Yara estava prestes a se levantar quando a voz da árvore acrescentou — mais suave, mais próxima, como se fosse diretamente a ela e não a aldeia:

— Mas Yara. Essas palavras não são só para a sua aldeia. São para você. São para todos que ouvirem essa história. Porque eu não falo para uma geração — falo para todas.



IV.

Yara saiu da mata com o sol ainda alto. No caminho de volta, reparou em coisas que havia passado sem ver na ida: uma touceira de erva-mate jovem que não existia semanas atrás, um pássaro que ela não reconhecia pousado num galho baixo e que não voou quando ela passou, o cheiro de terra molhada sem que houvesse chovido.

A mata havia recomeçado algo.

Quando chegou em casa, a avó Antônia olhou para ela uma vez, só uma. Não perguntou onde havia ido. Havia coisas que Antônia sabia pelo corpo antes de saber pela fala.

— Você foi.

— Fui, Vó. E preciso contar para todo mundo. Precisamos fazer uma roda.

— Eu sei, minha filha. As raízes avisaram essa manhã que alguém estava ouvindo lá dentro.

A aldeia se reuniu ao entardecer. O fogo foi aceso no meio — não o fogo apressado do cotidiano, mas o fogo com cerimônia, pedindo licença às chamas antes de acender.

Yara ficou de pé no centro. Havia imaginado que seria difícil — que teria vergonha, que tropeçaria nas palavras, que os adultos olhariam com a condescendência

reservada às crianças que querem ser levadas a sério. Mas descobriu que a coragem que havia precisado dentro da mata havia ficado com ela. E que quando alguém fala de algo que viveu de verdade, as palavras saem com um peso que as pessoas reconhecem.

Ela contou tudo.

Quando terminou, a aldeia ficou em silêncio.

Não o silêncio do descrédito — o silêncio de quando muitas pessoas estão sentindo a mesma coisa ao mesmo tempo e nenhuma quer ser a primeira a falar e fazer a coisa menor.

Então a mais velha da aldeia — uma mulher que há muito havia parado de falar em público, não por falta de palavra mas por excesso de cansaço — se levantou devagar, apoiada no bastão de cedro que ela mesma havia entalhado décadas atrás.

— Eu me lembro — disse ela, com a voz de quem está desentopindo uma nascente que havia tapado de tanta areia. — Minha mãe me contou. E a mãe da minha mãe contava para ela. Sempre foi assim. Antes de colher, agradecer. Antes de entrar, pedir licença. Antes de esquecer — lembrar. Nós sabíamos. E fomos deixando embaixo de outras urgências. Obrigada, Yara. Você foi ouvir o que nós precisávamos escutar.

E o povo, um por um, foi se lembrando.

A mulher que sabia os nomes das plantas medicinais. O homem que sabia a armadilha que não matava. Os jovens que haviam jogado fora os chocalhos dos avós sem entender o que eram. A criança que nunca havia aprendido a pedir licença antes de arrancar uma flor.

Memória por memória. Retornando.



Naquela noite, antes de dormir, a avó Antônia levou Yara até a beira da floresta.

Ficaram ali, as duas, olhando para dentro da escuridão que respirava.

— Você sabe o que é Axé, minha filha?

— Força? Energia?

— Sim. Mas é também isso que você fez hoje. Axé é quando a vida passa adiante. Quando uma coisa boa que estava guardada dentro de alguém sai e vai para outro. E depois para outro. E depois para outro. O que a árvore te deu hoje, você deu para a aldeia. E a aldeia vai dar para os filhos. Isso é Axé.

Yara olhou para a mata. Escura, quieta, presente.

Fez uma promessa que não precisou de palavras — do tipo que se faz com o corpo inteiro, sem cerimônia e sem testemunha, que dura exatamente por isso.

Que nunca mais deixaria de perguntar aos mais velhos.

Que nunca mais entraria em nenhum lugar sem pedir licença.

Que nunca esqueceria o coração que havia ouvido bater debaixo das raízes.

Da floresta, naquela noite, veio um perfume de cedro. Suave, limpo, antigo. Como um agradecimento de quem não precisa de palavras para agradecer.



Nota do Coletivo

Este conto é ficção inspirada na espiritualidade guarani do sul do Brasil e nas tradições de Terreiro do Batuque Gaúcho.

A aldeia e a personagem de Yara são criações ficcionais, mas as práticas descritas — pedir

licença antes de entrar na mata, agradecer antes de colher, respeitar os mais velhos como guardiões do saber — são valores reais, vividos por comunidades indígenas e de Terreiro do Rio Grande do Sul até hoje.

Oxóssi, mencionado na invocação de Yara, é o Orixá da mata e da caça no Batuque Gaúcho — guardião dos caminhos da floresta e dos animais que nela vivem. A saudação Axé, de origem iorubá, significa a força vital que passa de um ser a outro: é ao mesmo tempo bênção, cumprimento e descrição de como a vida funciona.

A expressão Aguyjevete, usada nas narrativas deste livro, é guarani: significa 'que você esteja completo', e é ao mesmo tempo saudação e bênção. Que ela acompanhe quem chegou até aqui.



*“O fio que a mãe enrola no pulso do
filho /
não se corta com faca, não se corta com
o
tempo. / Só se corta quando os dois
esquecem
/ que estão presos.”*
— Provérbio iorubá, adaptação oral

O Fio que Não se Corta

Sul do Rio Grande do Sul — Século XIX — Noite sem lua

Zeferino corria.

Havia corrido de muitas coisas na vida — da senzala, dos cães, do chicote, da humilhação cotidiana que não precisava de chicote para doer. Mas aquela noite era diferente das outras. Aquela noite ele não corria de. Corria para.

Para onde exatamente, não sabia nomear com precisão. Sabia que havia mata ao sul — densa, desconhecida, refrescantemente desinteressante para os senhores que preferiam as pradarias abertas onde o gado pastava e o poder se exercia à vista. Sabia que havia gente diferente naquela mata. Gente que não o conhecia como escravo. Gente que talvez o conhecesse como homem.

Levava pouca coisa. Um pão duro envolto em pano, um caco de faca, e um segredo que a velha Conceição havia lhe ensinado antes de morrer — uma cantiga. Três versos. Em iorubá, a língua que ele havia nascido sabendo e que o tráfico havia tentado fazer esquecer. A língua sobrevivera, como sobrevivem as coisas que têm raízes mais fundas do que os que as querem arrancar imaginam.

Era a cantiga de Oxum.

Zeferino não sabia o nome de todas as divindades. Havia crescido em cativeiro a partir dos seis anos, arrancado da família antes de aprender o panteão completo. Mas Oxum ele sabia — porque sua mãe havia cantado para ela

no dia em que o levaram, como se quisesse garantir que ao menos uma proteção o acompanhasse. Como se soubesse que aquele seria o último presente que poderia dar.

Ele cantava baixinho enquanto corria, mal sussurrando, porque a mata tem ouvidos bons e maus, e a prudência recomenda não distinguir:

*Ori yèyè o — cabeça da
minha mãe Àgbàdo l'Oxum —
o milho é de Oxum Ima mi
l'omi — lembra-me na água*

A velha Conceição havia morrido com as mãos enroladas nas dele, sussurrando: quando você não souber mais onde está, canta para Oxum. Ela conhece cada rio, cada córrego, cada poça d'água desta terra. Ela te acha.

Zeferino havia corrido dois dias. Os pés estavam em carne viva. O estômago havia desistido de reclamar. Mas ele cantava.



Foi o som primeiro — não ouvido, sentido. Uma vibração que vinha de baixo do chão e subia pelos ossos dos pés antes de chegar ao ouvido como som propriamente dito. Água.

E então a luz.

Uma luz amarela e dourada na margem do rio pequeno que ele havia quase não visto no escuro — quieta como vela protegida do vento, firme como coisa que não vai a lugar nenhum porque chegou onde tinha que estar. Não era fogo de fazenda, não era tocha de capitão-domato. Era a luz que acontece quando a água e a lua se entendem de um jeito especial, e que as pessoas que conhecem Oxum reconhecem antes de entender por quê.

Zeferino parou.

Respirou.

Disse obrigado para dentro, sem saber exatamente a quem, sabendo exatamente a quem.

Foi então que os cães ladraram.

Distantes ainda, mas reais — o som inconfundível da caçada humana, que Zeferino conhecia pela textura do medo que produzia: diferente do medo de animal, mais fundo, mais antigo. Ele olhou para o rio. Olhou para a escuridão atrás. Entrou na água até o peito, segurou o caco de faca acima da superfície, fechou os olhos.

O rio era frio como coisa que não pede desculpa.

Zeferino esperou.

O vento virou.

Não foi gradual — foi uma mudança precisa, como quando alguém decide alguma coisa. Um vento que havia vindo de trás dele inverteu a direção e soprou direto na cara dos cães, carregando o cheiro para o lado errado, confundindo o rastro com a autoridade de quem sabe o que está fazendo. Os cães ladraram uma vez, duas, depois silenciaram — não o silêncio de quem desistiu, mas o silêncio de quem perdeu o fio e precisa recomeçar.

Na tradição de Terreiro do Sul, Iansã é a senhora dos ventos. Dos ventos que viram, dos caminhos que mudam, das almas em travessia — de tudo que está entre um lugar e outro, que partiu mas não chegou. Ela cuida dos que estão no meio.

Zeferino saiu do rio do outro lado.

E encostado numa araucária, imóvel como se tivesse crescido junto com ela, havia um menino.



II.

O menino tinha uns doze anos. Olhos escuros, cabelo liso, pés descalços sobre a terra fria de junho. Não estava com medo — estava

avaliando. Com a calma específica de quem foi criado para ler sinais antes de ler palavras.

— Você veio pelo rio.

Não era pergunta.

— Fui levado por ele — respondeu Zeferino, e havia na escolha de palavras uma precisão que ele mesmo só percebeu depois de dizer.

O menino olhou para o rio. Para Zeferino. Para o céu que ainda tremulava do vento que havia mudado.

— Iansã virou o vento. Você é protegido de alguém forte.

Zeferino ficou olhando para ele. Havia tantas perguntas que não sabia qual fazer primeiro — e a mais urgente não era sobre o vento, era sobre como um menino guarani sabia o nome de Iansã.

— Como você conhece esse nome?

— Outros vieram antes de você. Pelo mesmo rio. Com o mesmo medo. Nos ensinaram os nomes deles, nós ensinamos os nossos. Nhanderú tem muitos filhos — alguns falam iorubá, alguns falam guarani. Todos bebem da mesma água.

O menino chamava-se Tupã-mirim — Tupã pequeno, Tupã jovem — e havia sido mandado pela avó para pescar naquela margem naquela noite específica, o que ela havia

determinado consultando sinais que ela não precisava explicar porque não havia quem duvidasse deles.

Ele conduziu Zeferino pela mata por mais de uma hora. Sem falar demais. Parando aqui e ali para ouvir — porque na mata, quem não para para ouvir eventualmente tropeça no que não ouviu.

Chegaram à clareira.

Fogueiras baixas, casas de palha e barro, o cheiro de erva-mate queimando devagar. Gente acordada — porque naquela comunidade a madrugada não era hora de dormir, era a hora em que o mundo visível fica mais quieto e o mundo invisível fica mais falante, e os velhos sabem aproveitar essa inversão.

Uma mulher se aproximou. Velha de um jeito que não é fraqueza — velha de um jeito que é acúmulo. Colares de semente e osso, olhos com a calma de quem já viu o suficiente para não se assustar com mais.

— Mais um que o rio trouxe — ela disse, sem pergunta e sem surpresa.

— Iansã virou o vento por ele, avó — disse Tupã-mirim.

A velha olhou para Zeferino por um tempo longo. Não com desconfiança — com a atenção que se dá a algo que merece ser bem visto antes de ser bem recebido. Depois fez o

gesto mais simples do mundo: apontou para o chão perto do fogo.

— Senta. Come. Descansa. Amanhã você nos conta quem você é. Hoje, você é só um homem vivo. Isso é suficiente.

Zeferino sentou.

Comeu.

E chorou — não de dor, que ele havia aprendido a segurar em nome da sobrevivência, mas de alívio, que não tem músculo que aguente por muito tempo. O tipo de choro que vem quando você havia parado de esperar pela bondade e ela aparece do lado que você não estava olhando.



Ficou por semanas que pareceram meses pela densidade do que continham.

Tupã-mirim lhe ensinou a andar na mata sem produzir o barulho que denuncia quem cresceu em espaços abertos. Ensinou qual folha fecha ferida, qual raiz abaixa febre, qual arbusto avisa quando há gente estranha passando — com uma linguagem de movimentos que ele havia levado anos para aprender e ensinava a Zeferino com a generosidade de quem entende que o conhecimento não diminui quando dividido.

Antes de cortar qualquer coisa — qualquer coisa, mesmo um galho, mesmo uma folha para remédio —, parava. Respirava. E dizia em guarani uma frase curta que Zeferino aprendeu primeiro pelo som, depois pelo sentido:

Licença, Nhanderú. Licença, guardiões deste lugar.

Zeferino reconheceu o gesto. Havia algo nele que lembrava a forma como a velha Conceição tratava as plantas medicinais — aquela pausa antes de colher, aquele assentimento implícito que ela nunca havia explicado mas que ele havia absorvido sem perceber. Como se dois continentes, separados por um oceano que nenhum dos dois havia escolhido cruzar, houvessem chegado à mesma conclusão sobre como se comportar diante do que é sagrado.

Em troca, Zeferino ensinou.

A cantiga de Oxum. A história de Ogum que abre as estradas para quem viaja com propósito. A forma de reconhecer Xangô no trovão — não como ameaça, mas como presença que lembra que a justiça existe, que existe uma força no mundo que não tolera o torto por tempo indeterminado. Ensinou que os Orixás não são deuses distantes que habitam algum céu afastado — são forças da natureza

que estão no rio, na mata, no vento, na pedra, em tudo que existe e tem nome.

- Oxum está nesse rio — disse Zeferino certa tarde, com os pés dentro da água enquanto ensinava Tupã-mirim a cantiga pela terceira vez. — Oxóssi está nessa mata. A terra aqui é terra deles também — mesmo que eles tenham vindo de outro continente dentro de nós.
- Então eles encontraram Nhanderú aqui — disse Tupã-mirim, com a seriedade de quem não está sendo poético, está sendo preciso. — E Nhanderú os reconheceu.
- Acho que a terra sempre reconhece quem tem respeito — respondeu Zeferino.

Ficaram em silêncio por um momento, os dois, ouvindo o rio.



III.

Na noite antes de Zeferino partir — porque era hora de partir, porque o homem fugido que fica em um lugar por tempo demais coloca em risco quem o abrigou —, a aldeia fez uma cerimônia.

Não havia nome para aquela cerimônia. Não era guarani, não era iorubá. Era as duas coisas juntas, inventadas naquela noite com o que havia disponível — porque quando dois mundos se encontram com respeito genuíno, eles não precisam escolher um dos dois. Tecem um terceiro.

A velha avó pegou um fio de algodão cru. Comprido o suficiente para enrolar nos pulsos dos dois — Zeferino e Tupã-mirim, que haviam se tornado irmãos sem precisar de cerimônia para isso, mas que mereciam uma.

Ela os amarrou juntos pelo pulso. Deixou o fio frouxo — não para prender, mas para conectar.

- Esse fio não é nosso nem seu — disse ela, com a voz de quem está depositando algo em cofre. — É de todos os que vierem depois. Quando você tiver filhos, conta a eles que foi acolhido. Quando Tupã-mirim tiver filhos, ele contará que acolheu. E um dia, lá na frente — quando nem você nem ele nem nenhum de nós estarmos mais aqui —, duas pessoas vão se encontrar e vão sentir que se conhecem sem saber explicar. É esse fio.
 - E o que a gente faz com ele? — perguntou Zeferino.
 - Você leva metade. A gente guarda metade. Onde a metade da gente estiver, sempre
-

haverá um lugar para os seus. Onde a sua metade estiver, sempre haverá memória de que a gente existiu.

O fio foi cortado ao meio com uma lasca de pedra.

Uma ponta foi colocada na trouxa de Zeferino, enrolada com cuidado, junto com o que sobrara do pão e o caco de faca. A outra ponta foi levada até uma araucária no alto da clareira — uma árvore que a velha chamava de árvore-de-memória, que havia crescido no lugar onde a avó da avó havia sido enterrada — e enterrada ali, com uma pedra lisa em cima, naquele lugar que só aquela aldeia conhecia.

Zeferino partiu antes do sol nascer.

Tupã-mirim o acompanhou até a beira do próximo rio — um arroio mais estreito, atravessável a pé. Ali, os dois se olharam sem palavras, do jeito que se olham as pessoas que sabem que o que há entre elas não precisa de palavras e que palavras, às vezes, diminuem.

— Cuida da cantiga — disse Tupã-mirim.

— Cuida da pedra — respondeu Zeferino.

E se afastaram em direções opostas, cada um levando metade de um fio que a água havia visto ser feito.



IV.

Camaquã, Rio Grande do Sul — Hoje

Dona Celeste tinha setenta e dois anos quando a pesquisadora chegou.

Era uma quinta-feira de maio, frio de ralar osso como só o sul sabe fazer, e Celeste estava na varanda com o chimarrão quando ouviu o portão. Tinha o tipo de casa que as pessoas constroem quando decidem ficar num lugar de verdade — não grande, mas com a solidez de algo que enfrenta o vento de frente e não pede desculpa por estar ali. O jardim na frente era uma declaração de amor em forma de ervas: quatro tipos de hortelã, arruda, espinheira-santa, a erva-cidreira que cresce em moita generosa e que Celeste cortava toda semana para o chá que ela jurava que curava o que a medicina não sabia nomear.

Na janela da sala, um rosário de sementes pendurado numa fita desbotada. Celeste não sabia dizer exatamente o que era — nem do que eram feitas as sementes, nem de que planta vinham, nem quem havia feito. Sabia que era da mãe, que era da avó, que era da bisavó, que havia chegado até ela pela cadeia de mãos que as coisas importantes percorrem quando as famílias têm o bom senso de não jogar fora o que não entendem.

A pesquisadora chamava-se Renata — vinte e seis anos, mestranda em história na UFRGS, com aquela energia específica de quem está fazendo pesquisa que importa e sabe disso. Carregava uma pasta de documentos e um gravador.

— Senhora Celeste? Sou a Renata, da universidade. Telefonei na semana passada sobre as memórias da família.

— Sei, sim. Entra. Chimarrão?

Sentaram na sala. Renata abriu a pasta com o cuidado de quem manuseia coisas frágeis e começou a mostrar o que havia encontrado: fotografias antigas de comunidades do litoral sul gaúcho, registros de inventários do século XIX, nomes que ela estava tentando mapear.

Celeste ia olhando devagar, com a atenção que as pessoas idosas dão às fotografias antigas — procurando nos rostos alguma coisa que reconhece antes de saber o que é.

Então Renata tirou da pasta uma fotocópia.

Era a reprodução de um documento encontrado num arquivo de Porto Alegre — um depoimento datado de 1891, escrito por um homem de nome Zeferino, que descrevia sua fuga da escravidão décadas antes. O documento havia sido registrado por um

advogado abolicionista que coletava testemunhos. A maior parte era história comum de fuga, de medo, de travessia — comum no sentido de que havia acontecido com muitos, não no sentido de que fosse pequena.

Mas havia uma parte que Renata havia sublinhado com lápis vermelho:

“...e encontrei entre o povo da mata gente que me chamou pelo meu nome verdadeiro quando todos os outros só me conheciam pelo nome que me deram. Com eles fiquei até que fosse seguro partir. Na noite da despedida, fizeram uma cerimônia com um fio. Metade levei. Metade enterraram. Disseram que era para que os nossos filhos se encontrassem quando nenhum de nós mais estivesse. Guardo a minha metade até hoje. Quando eu morrer, ela vai para o meu filho, com esta história.”

Celeste parou o chimarrão.

Ficou olhando para a fotocópia sem fazer nada — com aquele tipo de imobilidade que não é passividade mas o contrário: a imobilidade de quando o corpo inteiro está ocupado processando algo que é grande demais para caber nas palavras imediatas.

Depois levantou.

Foi para o quarto. Demorou alguns minutos. Voltou com uma caixa de madeira — de cedro, pelo cheiro, cheiro que não envelhece. Colocou sobre a mesa. Abriu devagar, com o respeito que se abre coisa que não é sua mesmo sendo sua.

Dentro: uma carta com a tinta desbotada até a ilegibilidade. Um botão de casaco de tecido que não existia mais. Um retrato em papel emulsionado de uma mulher que não tinha nome escrito embaixo, mas cujos olhos Celeste reconheceu como os olhos da mãe dela, que eram os olhos que ela via no espelho.

E um pedaço de fio de algodão cru.

Tão antigo que estava quase translúcido — não transparente como vidro, mas diáfano como algo que existe há tempo suficiente para ter perdido a necessidade de ser opaco. Enrolado com cuidado, como quem embala coisa que sabe que o tempo vai tratar com brutalidade se não for protegida.

— Minha mãe dizia que isso era a nossa âncora — disse Celeste, com a voz de quem fala de longe. — Que enquanto esse fio estivesse na família, nunca estaríamos perdidas. Eu nunca soube de onde veio. Achei que era coisa de mãe, de avó — dessas histórias que as famílias inventam para dar sentido ao que não tem explicação.

Renata ficou olhando para o fio.

Depois olhou para a fotocópia na mão.

Depois para o fio de volta.

Havia passado dois anos pesquisando aquele documento. Havia encontrado dezenas de descendentes de comunidades do litoral. Havia ouvido histórias de resistência, de fuga, de sobrevivência. Mas nunca havia esperado encontrar o fio.

— Senhora Celeste — ela disse, com a cuidado de quem sabe que o que vai dizer vai mudar alguma coisa e quer ter certeza de que muda do jeito certo. — Esse fio pode ser o que está nesse documento. A metade que ele levou.

Silêncio.

Celeste pegou o fio. Fechou os olhos. E fez alguma coisa que ela não havia planejado fazer — deixou sair uma melodia. Baixinha, sem letra, uma sequência de notas que ela havia ouvido a mãe cantarolar enquanto cozinhava, que a mãe havia ouvido da mãe dela, que havia chegado até ali percorrendo o mesmo caminho das coisas que sobrevivem porque ninguém sabe exatamente o que são mas todos sentem que não se pode deixar morrer.

Era a cantiga de Oxum.

As palavras haviam se perdido há gerações. Restara só a melodia — o esqueleto da coisa, a forma sem o nome. Mas era a

mesma. Renata tinha ouvido a gravação do documento tantas vezes que reconheceu as notas antes de entender o que estava ouvindo.

O sagrado não precisa que você saiba o nome dele para continuar sendo sagrado.

Ele fica.



Três semanas depois, Renata estava ao telefone com uma liderança guarani de uma comunidade perto de São Lourenço do Sul. Havia chegado lá por um caminho que era, ele próprio, uma história — uma referência que levou a outra referência que levou a um nome que levou a um número de telefone escrito numa agenda velha de uma professora aposentada que havia passado quarenta anos coletando memórias de comunidades do litoral.

Contou a história de Celeste. Descreveu o fio.

A liderança ficou quieta por um tempo longo.

Depois disse:

— Nós temos uma pedra lisa na raiz de uma araucária que a vovó da vovó dizia que não se tocava. Que tinha uma promessa enterrada ali, que um dia ia ser cumprida.

Que quando fosse cumprida, apareceria alguém do lado de lá do fio.

Renata ficou sentada no chão do corredor — havia escorregado da cadeira sem perceber —, o telefone encostado no ouvido, ouvindo o silêncio na linha como quem ouve o rio.

O fio havia chegado nas duas pontas.

Ao mesmo tempo.



Celeste não soube de imediato. Soube algumas semanas depois, quando Renata voltou com a gravação da conversa e o relato da liderança guarani. Ouviu tudo sentada na mesma cadeira de sempre, com o chimarrão na mão.

Não chorou — ou melhor, chorou depois, sozinha, quando Renata já havia ido embora, num choro que não era de tristeza nem de alegria mas de reconhecimento. O choro específico de quando você entende que não estava perdida — estava esperando. E que o que esperava sempre existiu, guardado por gente que você nunca conheceu mas que, de alguma forma, conhecia você.

Na noite daquele dia, ela foi até a janela com o rosário de sementes na mão.

Olhou para o rio que se via ao fundo da rua — um afluente menor do Camaquã, que corria para a lagoa, que corria para o mar, que corria para o lugar onde os rios começam e que nenhum mapa marca com precisão suficiente.

Cantou a cantiga de Oxum.

Com as palavras, desta vez — porque Renata havia achado a letra no documento, e Celeste havia aprendido, e o esqueleto havia recuperado a carne.

Da rua não vinha nenhum barulho além do vento.

Mas Celeste tinha a sensação — não a certeza, a sensação, que às vezes é mais honesta do que a certeza — de que do outro lado do rio, numa araucária que ela nunca havia visto, uma pedra estava sentindo o fio embaixo dela pulsar.

Como coisa que estava esperando.

E que finalmente havia chegado.



Nota do Coletivo

As alianças entre africanos escravizados fugitivos e comunidades indígenas do sul do Brasil são documentadas historicamente. No Rio Grande do Sul, o litoral sul gaúcho — região de Pelotas, Rio Grande e Camaquã — foi rota de fuga das charqueadas escravagistas em direção às matas habitadas por grupos guaranis e charruas. Comunidades mistas afro-indígenas existiram nesse território e sua história permanece subrepresentada na historiografia gaúcha.

Oxum é o Orixá das águas doces no Batuque Gaúcho — protetora das travessias interiores, dos rios e das lagoas do sul. Iansã é a senhora dos ventos e das almas em trânsito: no Batuque Gaúcho, cuida especificamente dos que estão entre um lugar e outro, dos que partiram mas ainda não chegaram.

Nhanderú, na cosmologia guarani, é o princípio criador — a força que sustenta a vida e está presente em tudo que existe com respeito. A percepção dos dois povos de que suas divindades habitavam a mesma terra é ficção inspirada em fato: quando culturas diferentes se encontram com abertura genuína, reconhecem semelhanças que as fronteiras geográficas não produziram.

O personagem Zeferino e a aldeia de Tupã-mirim são ficções. O documento de 1891 e a pesquisadora Renata são criações narrativas. Celeste existe em muitas casas do litoral gaúcho — mulheres que carregam objetos sem saber exatamente o que carregam, mas sabendo que não devem largar.



*“O nome que te deram não é o teu
nome. / O
teu nome é o que você carrega / quando
ninguém está olhando.”*
— Dito iorubá, tradição oral

A Pedra que Guarda o Nome

*Missão Jesuítica de São Luís Gonzaga — Rio Grande do
Sul — Século XVIII*

O basalto do sul do Brasil é uma pedra escura, densa, formada por lava que esfriou devagar há sessenta milhões de anos. Não é uma pedra bonita no sentido que as pessoas costumam usar para a palavra — não tem o brilho do quartzo nem a cor do granito rosado. Mas tem uma qualidade que as pedras bonitas

raramente têm: dura. Dura de um jeito que não é teimosia, é constituição. O tempo passa sobre o basalto e o basalto fica.

Karaí sabia o nome das pedras da mesma forma que sabia o nome das plantas e o nome dos ventos — porque havia crescido numa terra onde dar nome às coisas era a forma mais básica de respeitá-las. Ele era filho da Missão: nascido naquelas planícies do noroeste gaúcho, batizado com nome português pelo padre, educado na escola jesuítica, capaz de ler latim e tocar violino e calcular ângulos de construção. E carregando no peito, com o cuidado de quem guarda semente, o nome verdadeiro que sua avó havia lhe dado antes de morrer: Karaí. Em guarani: aquele que tem a palavra sagrada. Aquele cuja fala chega onde precisa chegar.

Bará havia chegado à Missão dois anos antes, trazido de uma fazenda do litoral onde trabalhara desde os doze anos. O nome que o tráfico havia lhe dado era Sebastião — nome de mártir, nome de alguém que morreu atravessado por flechas, nome que os senhores gostavam de dar aos escravizados talvez porque contivesse já uma profecia de sofrimento. O nome verdadeiro — o nome que sua mãe havia pronunciado sobre ele ao nascer, o nome do mensageiro dos caminhos na tradição de seu povo — esse ele guardava como se guarda brasa dentro de cinza: protegido, invisível, vivo.

Os dois se encontraram numa tarde de trabalho nas pedreiras, quando a Missão construía a nova ala do colégio. Karaí havia escorregado numa lasca de basalto e Bará havia segurado seu braço antes que ele caísse. Não havia nada de extraordinário nisso — exceto que Bará havia dito, em guarani rudimentar aprendido dos outros trabalhadores:

— Cuidado, irmão.

A palavra irmão. Dita com naturalidade, sem cálculo, como quem diz o que é.

Karaí olhou para ele. Bará olhou de volta. E alguma coisa foi reconhecida — não amizade ainda, mas o reconhecimento que precede a amizade: a percepção de que o outro é real, que o outro tem peso, que o outro carrega coisa dentro que vale conhecer.

— Você fala guarani — disse Karaí.

— Estou aprendendo. As palavras que importam primeiro.

— E irmão é uma das que importam primeiro?

— É a que importa mais.



Nos meses seguintes trabalharam lado a lado mais vezes do que o acaso explicaria. Karaí

ensinava Bará as palavras guaranis para as coisas da mata — os nomes que não estavam nos dicionários dos padres, os nomes que os mais velhos usavam antes da Missão, os nomes que carregavam a história da coisa junto com o som. Bará ensinava Karaí palavras iorubás: o nome dos Orixás, as frases com que sua mãe havia rezado, os ritmos que sobreviveram à travessia do Atlântico porque ninguém havia encontrado uma forma de confiscar o que está dentro do corpo.

Havia uma simetria nessa troca que os dois reconheciam sem nomear: dois homens a quem alguém havia tentado dar nomes novos, trocando os nomes verdadeiros entre si como forma de resistência silenciosa.

- Você sabe o que significa Bará? — perguntou Karaí numa tarde.
- Minha mãe dizia que era o nome do mensageiro dos caminhos. Aquele que abre as encruzilhadas. Que nenhuma estrada começa sem ele.
- Então você é o que abre passagem.
- Fui. Aqui sou Sebastião.
- Aqui você é Bará — disse Karaí, com a simplicidade de uma declaração, não de um gesto heroico. — Pelo menos quando é comigo.

Bará ficou quieto por um momento. Depois disse:

— E você é Karaí. Aquele que tem a palavra sagrada. Pelo menos quando é comigo.



II.

1750 — O Tratado de Madrid e o que veio depois

Dom Altamiro Rodrigues de Sá chegou à Missão numa manhã de agosto de 1752, num cavalo castanho e com uma pasta de documentos que valia mais, para os fins que trazia, do que qualquer espada.

Era um homem de cartório — não no sentido pejorativo, mas no sentido preciso: ele acreditava que a realidade era o que estava escrito. Que o papel com o carimbo certo criava o mundo. E havia chegado para criar um mundo novo sobre o existente, como se sobrepõe um mapa novo sobre um território que o mapa não consultou.

O Tratado de Madrid de 1750 havia determinado que as sete reduções jesuíticas do lado português da fronteira seriam transferidas para a Coroa portuguesa. Os guaranis que ali viviam — trinta mil pessoas, com suas roças,

suas igrejas, suas escolas, seus violinos, suas memórias de três gerações vividas naquele chão — deveriam simplesmente ir embora. O Tratado não havia consultado os guaranis. Os tratados raramente consultam quem vive nas terras que trocam de mão.

Dom Altamiro fazia uma coisa específica que Karaí observou com atenção crescente nos primeiros dias após a chegada: reescrevia. Não os documentos — a realidade. Nos registros que enviava a Lisboa, as aldeias guaranis tornavam-se “terra vaga sem ocupação permanente”. Os africanos que trabalhavam na Missão tornavam-se “bens móveis de herança eclesiástica” — objetos listados entre as ferramentas e os animais de carga. Os nomes guaranis dos lugares eram substituídos por nomes portugueses, como se o nome antigo houvesse sido apenas um erro de grafia que precisava de correção.

Karaí e Bará conversavam sobre isso à noite, quando o trabalho terminava e havia espaço para dizer o que não se dizia durante o dia.

- Ele apaga os nomes — disse Karaí. — Não as pessoas, ainda. Os nomes primeiro. Sempre os nomes primeiro.
 - Por quê?
 - Porque quem não tem nome não tem direito. Quem não tem nome não estava lá. Você
-

não pode reivindicar uma terra que não tem o seu nome escrito nela.

Bará ficou quieto. Sabia, com o conhecimento específico de quem viveu essa violência no próprio corpo, exatamente do que Karaí estava falando.

- Então a gente grava na pedra — disse ele, depois de um momento. — Pedra dura mais que papel. Dura mais que fazendeiro. Dura mais que qualquer Tratado.
- Mas quem vai ler uma pedra?
- Alguém vai — disse Bará, com uma certeza que ele mesmo não saberia explicar de onde vinha, mas que se sentia no corpo como se sente a proximidade da água quando se está com muita sede. — Não hoje. Mas alguém vai.



III.

7 de fevereiro de 1756 — A véspera de Caibaté

A Batalha de Caibaté não foi uma batalha. Foi um massacre executado com a precisão fria de quem tem artilharia contra quem tem flechas, de quem tem cavalos treinados para a

guerra contra quem tem determinação e pouco mais.

Karái ia lutar. Era o único caminho que restava depois que as negociações fracassaram, depois que as promessas foram quebradas, depois que ficou claro que a alternativa ao combate era a rendição silenciosa de tudo que três gerações haviam construído. Bará ia junto — não porque fosse obrigado, não porque tivesse estratégia, mas porque havia uma coisa que ele havia aprendido na vida que valia mais do que a estratégia: você escolhe do lado de quem luta, e depois vive com essa escolha. Ou não vive. Mas escolhe.

Na noite antes, os dois foram até a pedreira.

Era um afloramento de basalto no alto de um morro com vista para o rio — um lugar que eles conheciam desde os primeiros meses de trabalho, que tinha a qualidade rara dos lugares que parecem saber que são importantes. Quando havia trovoadas, o raio parecia cair mais perto dali do que deveria. Como se a pedra chamasse.

Sentaram na superfície plana da rocha. O céu estava limpo — um céu de verão gaúcho, denso de estrelas, do tipo que faz as pessoas entenderem por que os guaranis construíram

uma astronomia sofisticada antes de qualquer europeu aparecer no horizonte.

— Se eu morrer amanhã — disse Bará, sem drama, como quem diz uma coisa que precisa ser dita antes de ser tarde —, quero que você grave meu nome aqui. Não Sebastião. Bará.

— E se eu morrer?

— Então eu gravo o seu. E os dois nomes ficam juntos na pedra para sempre. Para quando alguém vier ler.

Karái pegou uma lasca afiada de basalto — o tipo de ferramenta que um povo que trabalha com pedra sempre tem à mão. Com paciência que não era calma, mas concentração, gravou na superfície da rocha:

KARÁÍ

o que tem a palavra sagrada

BARÁ

o que abre os caminhos

Enquanto gravava, o céu mudou.

Não veio chuva — o céu continuou limpo, as estrelas continuaram no lugar. Mas um trovão rolou de um horizonte ao outro sem nuvem que o explicasse. Um trovão seco, longo, que não pareceu vir de cima mas de dentro da

pedra — como se a rocha estivesse respondendo ao que estava sendo inscrito nela.

Bará ficou imóvel.

Havia duas tradições que ele carregava no corpo — a da terra onde havia nascido e a que havia absorvido vivendo entre os guaranis — e as duas diziam a mesma coisa sobre aquele trovão sem chuva: era presença. Não fenômeno meteorológico. Presença.

Xangô:

“Eu vi. O nome foi gravado. Nenhum papel pode mais apagá-lo.”

Tupã-cinunga:

“A pedra recebeu. O cosmos testemunhou. O que foi gravado aqui não pertence mais ao tempo dos homens — pertence ao tempo da terra.”

Karaí parou de gravar. Os dois ficaram ouvindo o eco do trovão se dissolver na distância.

— Dois trovões — disse Bará. — Dois.

— Dois trovões, uma só voz — respondeu Karaí, devagar. — A justiça falou no céu.

Ficaram mais um tempo em silêncio sobre a pedra. Depois desceram o morro, cada um para o lado onde o sono estava esperando — porque o corpo é sábio dessa forma, ele

encontra o sono mesmo nas vésperas do que não tem como ser bom.



Karaí não voltou de Caibaté.

Bará voltou — ferido no ombro e no lado esquerdo, mas vivo, com a vida provisória e precária de quem sobreviveu a uma coisa da qual a maioria não sobreviveu. Antes de descer ao combate, havia arrancado com as mãos uma lasca do basalto onde os nomes estavam gravados. Uma lasca pequena, do tamanho de uma palma de mão, com parte dos grafismos visíveis.

Andou por dias pela mata, depois por semanas, carregando a lasca embrulhada no que sobrou do seu paletó. Encontrou uma comunidade guarani remanescente nas matas ao sul — gente que havia fugido antes do massacre, que havia escolhido a floresta em vez do confronto, que sobrevivia com a sabedoria de quem aprendeu que sobreviver também é uma forma de resistência. Viveu entre eles por anos. Envelheceu naquela margem de mata e campo.

Antes de morrer, chamou a mais jovem da comunidade — uma menina de quinze anos que havia aprendido a ler os grafismos das pedras

com a velha que havia morrido no inverno anterior. Entregou a lasca nas mãos dela.

— Nessa pedra tem dois nomes — disse com a voz que sobra quando o corpo está quase no fim mas a coisa importante ainda não foi dita. — Um de um homem que me ensinou que irmão não é sangue, é escolha. Não deixa esse pedaço perder. Um dia alguém vai saber lê-lo.

A menina segurou a lasca. Olhou para os grafismos. E fez a única coisa que fazia sentido: guardou.



IV.

São Borja, Rio Grande do Sul — Hoje

Edilene tinha o hábito de chegar cedo na escola — não por disciplina, mas porque gostava da escola vazia, quando ainda era possível ouvir o prédio antes de o prédio ser preenchido pelo barulho que os prédios escolares produzem quando estão cumprindo a função para a qual foram construídos.

Naquela manhã de março, o pedreiro a interceptou no corredor antes que ela chegasse à sala.

— Professora, a senhora precisa ver uma coisa lá embaixo.

Estavam fazendo a fundação da nova biblioteca — um projeto que a escola havia esperado por doze anos e que havia finalmente chegado com verba e prazo. A escavação havia atingido dois metros quando encontraram a pedra.

Não era pedra de construção. Era um afloramento de basalto natural — uma rocha que havia estado ali antes de qualquer construção, antes de qualquer cidade, antes de qualquer nome europeu para aquele lugar. Emergia do solo como coisa que havia esperado pacientemente para ser encontrada, com a calma específica das coisas que sabem que têm tempo.

Edilene desceu os degraus improvisados até o fundo da escavação. A luz era ruim — lanterna do pedreiro, o sol de fora chegando em ângulo oblíquo. Ela se ajoelhou na lama, que manchou as calças sem que ela se importasse, e passou os dedos sobre a superfície da rocha.

Havia marcas.

Não marcas de ferramenta de construção — marcas intencionais, gravadas com instrumento pontiagudo, com a pressão específica de quem está fazendo algo que importa. Dois conjuntos de grafismos,

separados por um espaço deliberado, cada um com sua cadência própria.

Edilene ensinava história há quinze anos. Havia estudado os Sete Povos, havia lido os documentos coloniais, havia passado um semestre inteiro da graduação debruçada sobre registros missionários. Não era epigrafista — mas havia visto grafismos guaranis em publicações acadêmicas o suficiente para saber que o que estava diante dela tinha aquela qualidade.

Fotografou tudo. Enviou para três pesquisadores diferentes naquela mesma tarde.

Depois foi para casa, abriu a gaveta do criado-mudo onde havia guardado, há mais de vinte anos, uma pedra pequena de basalto que pertencera à mãe. A mãe havia recebido da avó. A avó havia recebido de uma mulher mais velha numa comunidade da fronteira, junto com a instrução que havia passado pela cadeia de mãos como passa tudo que é importante: quando aparecer alguém que consiga ler, mostra.

Edilene havia guardado a pedra sem entender o que era. Havia mantido porque a mãe havia pedido, e a mãe havia pedido porque a avó havia pedido, e em algum ponto dessa cadeia havia alguém que havia entendido o

peso do que estava guardando mesmo sem saber lê-lo.

Colocou a lasca ao lado da fotografia dos grafismos da escavação.

Ficou olhando por um longo tempo.

Os grafismos eram os mesmos.

A mesma mão. O mesmo ângulo de incisão. A mesma pressão, discernível mesmo séculos depois.

Edilene foi até a escavação no dia seguinte com a lasca no bolso. Desceu novamente para o fundo. Encostou a lasca na superfície da rocha grande — no lugar de onde ela havia sido arrancada, visível pela forma da fratura.

Encaixava.

*Com a precisão das coisas que foram
feitas para se encontrar.*



A arqueóloga que veio da UNIPAMPA duas semanas depois usou técnicas de análise de superfície que Edilene não saberia nomear mas que produziram resultados que ela entendeu: os grafismos datavam do século XVIII, provavelmente da segunda metade — período da Guerra Guaranítica. Havia dois

conjuntos de marcas, cada um com sistema próprio, sugerindo dois autores ou duas tradições diferentes.

E havia palavras.

Não em guarani apenas — em guarani e em algo que a arqueóloga identificou, com cautela acadêmica que não conseguia esconder a excitação, como possivelmente iorubá adaptado. Dois nomes. Dois sistemas de escrita diferentes gravados na mesma pedra, na mesma noite, pelo peso que a datação sugeria.

Dois homens que haviam decidido que a melhor resposta ao apagamento era a inscrição.

Edilene leu os nomes em voz alta, sozinha na sala onde a pedra estava sendo analisada, com a janela aberta para o pátio de onde vinha o barulho da escola funcionando:

Karáí.

Bará.

Os nomes soaram no quarto como coisa que havia estado esperando para ser pronunciada.

Do lado de fora, sobre o pátio ensolarado de São Borja, o céu estava completamente limpo.

E um trovão passou — seco, único, do tipo
que não pede licença para acontecer.

Edilene não precisou de explicação.



Nota do Coletivo

A Batalha de Caibaté aconteceu em 7 de fevereiro de 1756 e foi o episódio mais sangrento da Guerra Guaranítica — conflito gerado pela recusa dos guaranis missioneiros em abandonar suas terras após o Tratado de Madrid de 1750. Mais de 1.300 guaranis foram mortos em combate desigual contra tropas portuguesas e espanholas com artilharia. O episódio é amplamente documentado e raramente ensinado nas escolas gaúchas com a ênfase que merece.

A presença de africanos escravizados nas Missões Jesuíticas do RS é registrada pela historiografia recente, embora permaneça subrepresentada. Esses homens trabalharam nas construções, nas pedreiras e nos serviços das reduções, e sua história é virtualmente ausente da narrativa oficial sobre as Missões.

Xangô, no Batuque Gaúcho, é o Orixá da justiça, do trovão e da pedreira. Tupã-cinunga é a manifestação do trovão na cosmologia guarani —

não um deus pessoal, mas a voz do cosmos fazendo-se ouvir. Que os dois trovões sejam ouvidos sobre a mesma pedra, na mesma noite, é ficção. Que representem a mesma exigência de que a verdade não pode ficar enterrada — isso é o que as duas tradições, cada uma a seu modo, ensinam.

Karáí e Bará são personagens fictícios. A pedra e a pesquisadora Edilene são ficção. Os nomes gravados existem apenas neste conto. Mas em alguma pedreira do noroeste gaúcho, sob alguma fundação de algum prédio que não sabe o que guarda, é possível que haja basalto com marcas que ainda não encontraram quem as leia.



*“A água não esquece nenhum nome /
que foi
pronunciado sobre ela com respeito. / É
por
isso que os mortos são levados aos rios /
antes de partir para sempre.”*

— Tradição oral Mbyá-Guarani, litoral
gaúcho

A Água que Não Esquece

*Costa oeste da Lagoa dos Patos — Território Arachane
— Século XVI*

A Lagoa dos Patos tem quatrocentos quilômetros de comprimento e a paciência de quem não precisa de ninguém para existir.

Ela está ali há pelo menos quatro mil anos — separando o pampa do oceano com a autoridade silenciosa das coisas muito antigas. Recebe o Camaquã, o Jacuí, dezenas de arroios que chegam a ela como chegam os afluentes a um delta: sem pressa, sabendo que o caminho termina ali. Guarda sedimentos, ossos de peixes, cascos de embarcações que ninguém mais lembra, sementes de plantas que os campos já não têm. A lagoa não decide guardar — guarda porque essa é a natureza da água quieta: ela recebe tudo e devolve só o que o tempo considera necessário.

O povo que vivia em suas margens ocidentais chamava-se a si mesmo de muitas formas — os guaranis têm essa qualidade de não precisar de um único nome para existir. Os estrangeiros que chegaram depois os chamariam de Arachanes, palavra deformada de um nome que significava, em tradução aproximada, os que veem o dia despontar. O povo do oriente. O povo da costa.

Yrupé era pajé desse povo.

Não pajé no sentido que os livros escolares popularizaram — o homem do cocar e da máscara, figura de folclore domado. Pajé no sentido que a palavra carrega em sua raiz: o que interpreta, o que medeia, o que mantém a conversa entre o mundo que se vê e o mundo que se sente mas não se explica com as

palavras do cotidiano. Yrupé tinha setenta anos e uma voz que as pessoas ouviriam mesmo se ele sussurrasse, não porque fosse alta, mas porque dizia coisas que valiam a pena ouvir.

Seu neto Añami tinha dezoito e a energia específica de quem está no limite entre ser jovem e ser adulto — velho demais para ignorar a seriedade das coisas, jovem demais para ter parado de ser surpreendido por elas.

Era Añami que construía os cerritos com o povo — aqueles montes de terra erguidos à mão, geração por geração, nas áreas alagáveis da margem da lagoa. Sabia que dentro deles havia ancestrais: não como metáfora, mas literalmente. Os mortos eram enterrados nos cerritos para que ficassem perto. Para que a terra sob os pés dos vivos fosse também a terra sobre os mortos — uma continuidade que tornava o passado presente de forma física, tangível, pisável.

Certa tarde de inverno, Añami subiu ao cerrito mais alto e ficou olhando para o horizonte leste por mais tempo do que o habitual. Depois desceu correndo.

— Vô. Tem barcos.

Yrupé parou o que estava fazendo. Não havia urgência no gesto — havia atenção, que é diferente.

— Do leste?

— Do leste. Com uma árvore morta no meio.
Com tecido nela.

A vela. Yrupé havia ouvido de outros mais velhos sobre os barcos dos estrangeiros — em relatos que chegavam de norte, de leste, de nações vizinhas que os haviam encontrado antes. Havia ouvido o suficiente para saber que a chegada de barcos do leste não era simples visita.

— Vieram parar?

— Pararam.

Yrupé ficou quieto por um momento, olhando para a lagoa.

— Então esperemos — disse. — A lagoa vai nos mostrar o que são.



II.

Frei Bernardo de Olivença tinha quarenta e dois anos, joelhos gastos de tanto ajoelhar e a convicção inabalável de quem passou a vida adulta inteira acreditando na mesma coisa com a mesma intensidade.

Não era um homem cruel. Isso precisa ser dito com cuidado, porque a crueldade seria mais simples de entender — e o que Frei

Bernardo representava era algo mais difícil de nomear e mais duradouro em seus efeitos do que a crueldade simples. Era um homem certo. Absolutamente certo, com a certeza que vem de décadas de oração e estudo e da convicção sincera de que Deus havia escolhido aquele trabalho específico para ele. Havia atravessado o Atlântico para salvar almas. Havia dormido mal em navios e pisado em terras desconhecidas e aprendido línguas novas e comido coisas que seu estômago português resistia — tudo isso com a seriedade de quem tem missão. E missão, quando é genuinamente sentida, tem um problema: ela não costuma consultar os destinatários.

Os primeiros dias foram de observação cautelosa de ambos os lados. Frei Bernardo aprendia palavras. Os Arachanes estudavam os gestos. Havia trocas de presentes — o que, na cosmologia guarani, é o início de um pacto de reciprocidade. Para Frei Bernardo, era o início de uma abertura.

Yrupé o observava com a atenção que reservava para as coisas que precisam ser entendidas antes de serem julgadas. Havia algo naquele homem que não era maldade — e isso, paradoxalmente, o preocupava mais do que se houvesse.

- Ele nos olha com afeto — disse Yrupé a Añami. — Mas é o afeto de quem decidiu o que vai fazer antes de nos conhecer.
- O que vamos fazer?
- Ouvir. A lagoa sempre mostra o fundo — é só ter paciência.



III.

A catequese começou pelas crianças, como sempre começa. As crianças aprendem mais depressa — e o que se aprende cedo é o que mais dificilmente se desaprende. Frei Bernardo sabia isso não por cálculo, mas porque era a metodologia que havia aprendido, a forma que havia sido passada a ele da mesma forma que se passam as coisas que funcionam: sem questionamento, como técnica.

Ensinava o nome de Deus. Ensinava o céu e o inferno. Ensinava que as forças espirituais em que o povo acreditava eram, na verdade, perigosas — enganos do inimigo das almas, presentes no Novo Mundo para testar os fiéis.

E então fez uma coisa específica que Yrupé observou com uma atenção que era quase física — a atenção com que se observa

alguém fazendo um erro irreversível, quando já não há tempo de intervir:

Frei Bernardo apontou para Anhangá — e disse que era o Diabo.

Anhangá era, na cosmologia do povo da lagoa, um ser de equilíbrio. Espírito errante, capaz de tomar formas animais. Protetor dos bichos contra caçadores descuidados, guardião da mata contra quem entrava sem respeito. Não era um ser do bem nem do mal em termos absolutos — era, como a maior parte da natureza, ambivalente. Podia assustar. Podia proteger. Dependia de como você chegava.

Mas Frei Bernardo precisava de um Diabo. A teologia que carregava exigia um inimigo identificável, um nome local para o mal absoluto — porque a catequese funciona melhor quando pode apontar para algo familiar e dizer: isso é o perigo. E Anhangá estava disponível. Era espírito, andava na mata, aparecia de formas inesperadas. O suficiente para a identificação.

Yrupé pediu uma conversa. Através de um jovem que havia aprendido os rudimentos do português com os marinheiros, os dois homens se sentaram à beira da lagoa.

— Você ensina para as crianças que Anhangá é o espírito do mal.

- Anhangá é o nome que vocês dão ao inimigo das almas — respondeu Frei Bernardo, com a tranquilidade de quem não está defendendo uma posição, está enunciando um fato. — Sim. Eu ensino o que ele é.
- Mas Anhangá não é isso. Anhangá protege a mata que nos alimenta. Avisa os caçadores que estão caçando mais do que precisam. Não é inimigo — é o equilíbrio.

Frei Bernardo olhou para o velho com uma expressão que era, genuinamente, de compaixão. Não havia ironia naquele olhar. Havia a tristeza sincera de quem acredita estar diante de alguém enganado.

- Velho, eu entendo que vocês acreditam nisso. Mas foi o inimigo das almas que os enganou para que vissem bondade onde há perigo. É por compaixão que digo isso.
- Você diz que é por compaixão — respondeu Yrupé, sem elevar a voz, com a calma de quem não precisa de volume para que a palavra chegue onde tem que chegar. — Mas você não perguntou. Você chegou sabendo.

Frei Bernardo ficou quieto.

- O seu Deus — continuou Yrupé — manda que você respeite os outros?
- Manda amar ao próximo como a si mesmo.

— E amar ao próximo inclui respeitar o que o próximo acredita?

Uma pausa.

— Inclui salvar o próximo do erro.

— Para você salvar alguém do erro, você precisa primeiro decidir que o outro está errado. Mas quem lhe deu esse direito?

Frei Bernardo não respondeu. Mas também não mudou o que fazia. Porque era mais fácil ter certeza do que ter dúvida, e a certeza havia atravessado o oceano com ele e não havia sobrevivido a tantas dificuldades para ser abandonada às margens de uma lagoa do sul do mundo.

Yrupé voltou para o cerrito.

Ficou olhando para a lagoa por um tempo longo. A lagoa devolvia o céu com aquela fidelidade indiferente que é sua característica — ela reflete o que está sobre ela sem preferência, sem julgamento, sem escolher o que guarda e o que deixa ir.

Às vezes, pensou Yrupé, a indiferença da água é o que há de mais justo no mundo.



O povo foi diminuindo nos anos seguintes. Não de uma vez — devagar, da forma

que as coisas importantes e terríveis acontecem quando não há um momento único para apontar como causa.

Doenças que os corpos não reconheciam. Crianças batizadas com nomes que não eram os seus, que cresceram sem saber os nomes que seus avós haviam escolhido para elas. Cerimônias feitas escondidas, tarde da noite, com o medo de quem sabe que está fazendo coisa proibida — e o absurdo específico de sentir medo de rezar para os próprios ancestrais na própria terra.

Yrupé morreu antes de ver o fim. Añami viveu para ver — e viveu o suficiente para ter neto.

Na última vez que subiu ao cerrito dos ancestrais, já velho, com o neto pela mão, ficou olhando para a lagoa por um tempo que o neto não soube medir.

Depois disse:

— A lagoa viu tudo. E a lagoa não esquece. O que a gente perdeu não foi para o fundo — foi para a memória da água. Um dia alguém vai pescar com as mãos e vai trazer de volta.

O neto não entendeu bem o que o avô queria dizer.

Pero guardou as palavras, como se guardam as sementes de frutas cujo sabor você

ainda não conhece mas cujo peso você sente na mão.



IV.

Arambaré, Rio Grande do Sul — Hoje

Iracema chegou à margem da lagoa com a turma do sétimo ano às nove da manhã de uma terça-feira de setembro, com o sol fazendo o tipo de promessa que o sul do Brasil faz no começo da primavera e nem sempre cumpre.

Ela fazia isso todo ano — tirava as turmas da sala pelo menos uma vez por semestre e as levava para o lugar que ela chamava, para os alunos e para si mesma, de laboratório de história. A margem da lagoa em Arambaré, a uns quinhentos metros da escola, onde havia um cerrito de índios parcialmente preservado e parcialmente esquecido — coberto de mato, sem placa, sem cerca, sem qualquer indicação de que aquilo era patrimônio arqueológico além da forma inconfundível de monte artificial que quem sabe olhar reconhece.

Lucas tinha onze anos e fazia perguntas que os adultos às vezes fingiam não ouvir — não

porque fossem perguntas erradas, mas porque eram certas demais para ter resposta fácil.

Ficou parado diante do cerrito por mais tempo do que os outros. Depois virou para Iracema:

— Quem fez isso?

— Um povo que vivia aqui antes da colonização. Os pesquisadores associam aos Arachanes — guaranis da costa da lagoa. Mas há pouquíssima documentação.

— Por que tão pouca documentação?

Iracema olhou para ele com o tipo de atenção que os professores reservam para quando percebem que um aluno fez a pergunta certa.

— Porque quem documentou chegou depois. E quem chega depois escreve do ponto de vista de quem chegou.

Lucas ficou olhando para o cerrito.

— E a religião deles? O que eles acreditavam?

Iracema respirou. Esta era a parte que exigia cuidado — não para suavizar, mas para ser precisa.

— Acreditavam em Nhanderú — o princípio criador, a força que sustenta a vida e está em tudo que existe com respeito. Acreditavam que a palavra tem poder —

que nomear uma coisa é estabelecer um compromisso com ela. Tinham Anhangá, um espírito da mata, guardião do equilíbrio entre os seres.

- Parece bonito.
- Era um sistema de crenças coerente e sofisticado. Como qualquer outro.
- E o que os missionários achavam?

Iracema colocou as mãos nos bolsos. Havia alunos ao redor, ouvindo com o tipo de atenção que onze anos têm quando sentem que o adulto está prestes a dizer algo real.

- Achavam que era errado. E fizeram algo muito específico: pegaram Anhangá — o guardião da mata — e disseram às crianças que ele era o Diabo cristão. Usaram a palavra do povo para convencer o povo de que o que acreditavam era perigoso.

Lucas ficou quieto por um momento.

- Eles usaram as palavras deles contra eles.
- Exatamente.
- Isso tem nome?

Iracema olhou para ele.

- Tem vários nomes. Colonialismo é um deles. Apagamento cultural é outro. O nome mais simples é: falta de respeito. Acreditar que a sua fé é verdade não te dá o direito de

destruir a fé do outro. Isso vale para qualquer fé — inclusive para a minha, inclusive para a sua.

Lucas olhou para a lagoa por um momento.

— A lagoa viu tudo isso?

A pergunta chegou com uma seriedade que Iracema não havia esperado — não retórica, genuína. Como se Lucas estivesse perguntando de verdade se a lagoa havia guardado.

— A lagoa tem quatro mil anos — respondeu ela. — Tem os cerritos submersos na margem. Tem os nomes dos rios afluentes em guarani. Tem os vestígios de cerâmica que os arqueólogos encontram quando escavam a beira. Não sei se a lagoa guarda no sentido que você está pensando. Mas ela conserva. E conservar também é uma forma de guardar.

Caminharam de volta à escola na friagem que havia chegado enquanto conversavam, como chega o frio nessa costa — sem aviso e sem cerimônia.

Lucas ia na frente, com as mãos nos bolsos, olhando para o chão do jeito que as pessoas olham quando estão pensando algo que ainda não tem forma de palavra.

Antes de entrar no portão da escola, parou e virou para Iracema:

— Professora. A gente podia fazer um projeto sobre eles. Os Arachanes. Sobre o que acreditavam, como viviam. Antes dos missionários chegarem.

Iracema ficou olhando para ele.

— Podia — disse. — Acho que a gente devia.



Naquela noite, Iracema ficou na varanda de casa com o chimarrão que esfriava devagar, olhando para o espaço de lagoa que se via entre as casas da rua.

Pensou em Yrupé — que havia existido, provavelmente, naquele mesmo lugar ou próximo, quatrocentos anos antes. Que havia olhado para a mesma lagoa com a certeza de que ela guardava. Que havia dito ao neto: um dia alguém vai pescar com as mãos e vai trazer de volta.

Pensou em Lucas, onze anos, que havia feito a pergunta que os adultos às vezes fingem não ouvir.

Pensou que talvez pescar com as mãos fosse exatamente isso: parar. Chegar perto. Colocar as mãos dentro. Com paciência

suficiente para esperar que o que está no fundo decida subir.

A lagoa estava quieta.

Tinha a paciência de quem não precisa de ninguém para existir.

E guardava.



Nota do Coletivo

Os Arachanes são documentados em uma única fonte histórica — o manuscrito de Ruy Díaz de Guzmán, por volta de 1612, que os localiza às margens da Lagoa dos Patos e os descreve como guaranis de grande porte físico, em guerra com os Charrúa. A etimologia do nome, derivada de Ara (dia) e chane (aquele que vê), sugere 'o povo que vê o dia despontar' — povo do oriente, da costa. Desapareceram dos registros no século XVII, provavelmente exterminados pelos bandeirantes ou absorvidos por outros grupos. Os cerritos de índios documentados na costa da Lagoa dos Patos são atribuídos por alguns pesquisadores a esse povo e permanecem patrimônio arqueológico sub-estudado.

Anhangá era, na cosmologia guarani pré-colonial, um ser ambivalente — protetor dos animais, guardião do equilíbrio da mata. A sua identificação com o Diabo cristão foi um processo deliberado dos missionários jesuítas, que utilizaram o vocábulo guarani para nomear o inimigo teológico cristão. A deformação sobreviveu: até hoje, dicionários populares definem Anhangá como 'espírito maligno'. Esta história é, em parte, uma tentativa de devolução.

Frei Bernardo é personagem fictício, mas representa um processo histórico real e documentado: a demonização sistemática das crenças indígenas como ferramenta de colonização cultural. Reconhecer esse processo não é o mesmo que dizer que toda expressão individual de fé cristã é responsável por ele. É nomear uma estrutura — porque estruturas precisam ser nomeadas para ser compreendidas.

Iracema e Lucas são ficção. Os cerritos existem — os sítios arqueológicos de construtores de cerritos estão documentados ao longo da costa da Lagoa dos Patos, com registros concentrados entre Pelotas, Capão do Leão e Rio Grande (RS). Arambaré é ficção narrativa; a lagoa é real. Tem quatro mil anos. E guarda.



*“Algumas crianças não chegam por
acaso. Elas
chegam porque o tempo as estava
esperando.”*

— Tradição oral Mbyá-Guarani

O Nome que Veio do Tempo

Terreiro do Sul — Rio Grande do Sul — Século XIX

Nagô tinha noventa e dois anos quando chamou os do Terreiro ao redor.

Não era a primeira vez que ela fazia aquilo — chamar todo mundo ao redor e dizer alguma coisa que as pessoas não entendiam completamente na hora mas que guardavam porque havia no tom dela uma autoridade que

não vinha da idade, embora a idade a confirmasse. Vinha de outra coisa: de décadas de escuta, de décadas de ser o lugar onde o invisível falava quando precisava ser ouvido.

Naquela tarde ela havia saído do transe mais devagar do que o habitual. Ficara quieta por um tempo longo, os olhos fechados, as mãos abertas sobre os joelhos com a palma para cima. Quando abriu os olhos, não olhou para ninguém em particular — olhou para um ponto no meio do ar, do jeito que se olha para uma coisa que está lá mas que os outros ainda não aprenderam a ver.

Falou em iorubá primeiro. Depois repetiu em português, com a lentidão de quem sabe que está traduzindo não só língua, mas tempo:

— Virá um filho de dois mundos. Não do nosso tempo — de um tempo que ainda está crescendo. Quando ele chegar, já vai ter nome. Chamem-no pelo nome da luz que surge.

Ninguém perguntou o que ela queria dizer. Com Nagô não se perguntava — se guardava. E assim foi feito: a frase foi passada adiante como se passam as coisas que importam mais do que se entende na hora — de boca em boca, de geração em geração, perdendo detalhes nos cantos mas mantendo o centro intacto, da forma que os rios mantêm a direção mesmo quando os leitos mudam.

Nagô morreu três dias depois, de madrugada, com os olhos abertos para o teto.

A frase ficou.



Interior do Rio Grande do Sul — Meados do Século XX

Arandu não era homem de sonhos.

Isso era o que ele dizia de si mesmo — que dormia fundo, sem história, que o sono dele era como cair num poço e acordar no fundo do mesmo poço sem nada no meio. Por isso o sonho que começou a repetir no seu sexagésimo ano o perturbou mais do que perturbaria alguém acostumado a sonhar: não pela estranheza do conteúdo, mas pela persistência.

Era sempre a mesma coisa. Uma criança — menino, pelo que parecia, mas havia no sonho uma imprecisão de detalhes que tornava difícil ter certeza — caminhando por uma mata que Arandu reconhecia sem saber nomear. A criança caminhava sem hesitar, sem se perder, com a segurança de quem conhece o caminho não porque foi ensinado, mas porque nasceu sabendo. E de dentro da mata vinha um som: não música exatamente, mas o tipo de coisa que a música tenta alcançar e às vezes consegue.

No terceiro mês em que o sonho voltou, Arandu acordou com um nome na boca.

Não era nome guarani. Não era nome português. Era uma palavra que ele não havia ouvido antes mas que soava, na boca, como coisa que já existia antes de ele pronunciar — como quando se aprende o nome de uma planta que você sempre viu mas nunca soube nomear, e o nome se encaixa no lugar que estava vazio esperando por ele.

Arandu levantou no escuro. Achou um papel e um lápis. Escreveu o nome — primeiro como havia ouvido, depois a tradução que lhe veio junto, como vêm as coisas dos sonhos: não explicada, mas presente.

Kaian

aquele que é da água / filho das águas

oguata ymaguare

ele caminha desde o tempo antigo

Arandu olhou para o papel por um tempo. Depois o dobrou, colocou dentro de um livro de hinos que havia pertencido ao seu pai, e não falou disso para ninguém.

O sonho não voltou.



II.

Camaquã, Rio Grande do Sul — 2023

Ana tinha vinte e seis anos quando entrou no Terreiro pela primeira vez.

Havia chegado por um caminho que ela mesma não saberia descrever com precisão — uma série de circunstâncias que na época pareceram acidentais e que só mais tarde, olhando para trás, ganhariam a aparência de inevitável. Uma amiga que a convidou. Uma noite disponível. Uma curiosidade que ela havia aprendido a ter sobre as coisas que não entendia, diferente do medo que algumas pessoas aprendem no lugar da curiosidade.

Ana era o tipo de pessoa que o Brasil produz com mais frequência do que os livros de história costumam admitir: cabelos claros, pele clara, avó materna de origem europeia, bisavó materna de origem africana — uma mistura que não é exceção, é a regra, e que a maioria das famílias brasileiras carrega sem que ninguém a ensine a reconhecer como riqueza.

Ela guardava, sem saber o que era, um rosário de sementes que havia pertencido à bisavó. A mãe havia passado com a instrução mínima: não joga fora. Não havia mais explicação do que essa. Às vezes Ana pegava o rosário e ficava passando os dedos pelas

sementes — não rezando, não exatamente, mas fazendo alguma coisa que o corpo entendia como oração mesmo quando a cabeça não sabia nomear.

No Terreiro, na primeira noite, ela não entendeu tudo que viu. Não era suposto entender tudo na primeira noite — quem entende tudo na primeira noite provavelmente não está prestando atenção no suficiente. Mas sentiu alguma coisa que ela descreveria depois, tentando explicar para a amiga que havia ficado do lado de fora:

— Foi como chegar num lugar que eu nunca estive mas que reconhecia. Como quando você lê uma palavra em outro idioma e entende antes de saber que entendeu.

Voltou na semana seguinte. E na seguinte. E na seguinte.



Rafael chegou ao Terreiro pelo som.

Tinha vinte e sete anos, trabalhava numa marcenaria e tocava violão nas horas que sobravam — que não eram muitas, mas ele as protegia com a determinação de quem sabe que algumas coisas precisam de proteção para sobreviver. Passou na frente do Terreiro numa sexta à noite e ouviu os atabaques.

Parou.

Não foi decisão — foi o corpo parando antes que a cabeça tivesse chance de consultar. O ritmo dos atabaques fez alguma coisa nele que ele não havia sentido antes e que reconheceu imediatamente assim mesmo, da forma contraditória que é o reconhecimento de coisas que você nunca encontrou mas que de alguma forma sempre esperou encontrar.

Rafael descende, pelo lado paterno, de uma família do interior gaúcho que tem memória guarani — não no sentido de uma identidade construída e afirmada, mas no sentido de uma presença que nunca foi completamente nomeada. O bisavô Arandu havia morrido quando Rafael tinha cinco anos; o que restara era um conjunto de hábitos, de jeitos de fazer, de silêncios que tinham textura própria. A gaveta onde Arandu havia guardado o livro de hinos — com o papel dobrado dentro — Rafael havia aberto umas duas vezes na vida e nunca chegado ao livro.

No Terreiro, o ritmo dos atabaques soou familiar.

Entrou.



III.

Eles se conheceram da forma que as coisas certas costumam acontecer: sem drama, sem relâmpago, com a lentidão de quem não tem pressa porque sabe, mesmo sem saber que sabe, que aquilo vai durar.

Foram meses de Terreiro compartilhado antes que fossem qualquer outra coisa. Meses de aprender junto — a pedir licença antes de entrar, o nome dos Orixás e das entidades, a diferença entre o silêncio que precede a chegada e o silêncio que segue a partida, o que fazer com as mãos quando não se sabe o que fazer com as mãos. Esses aprendizados têm uma intimidade específica, do tipo que não se fabrica — acontece.

Rafael foi o primeiro a perceber o rosário.

— Esse rosário é de Terreiro — disse uma tarde, sem alarde, como quem identifica uma ferramenta pelo formato. — As sementes. É instrumento sagrado.

— Minha bisavó deixou. Nunca souberam bem o que era.

— Alguém sabia. Ela sabia.

Ana ficou olhando para o rosário com outra qualidade de atenção — a atenção de quem acabou de entender que estava

carregando algo mais pesado, e mais precioso, do que havia imaginado.



IV.

2025 — Uma cachoeira no Rio Grande do Sul

O casal havia sabido da gravidez três dias antes.

Não havia planejado contar para ninguém ainda — era cedo, era novo, era do tipo de coisa que as pessoas guardam uns dias só para elas antes de dividir com o mundo. Mas havia um ritual marcado na cachoeira, e eles haviam marcado fazia semanas, e não havia razão para não ir.

A cachoeira tinha o frio que as cachoeiras do sul têm no mês de agosto — não desagradável, mas honesto. A água que chegava pelos pés dizia sem rodeio: estou aqui, sou real, não finjo ser outra coisa.

O Caboclo Tangarai chegou no meio do ritual.

Não foi gradual — foi a chegada direta, presente, do tipo que não pede permissão porque não precisa. O médium que incorporava

havia entrado na água minutos antes; quando saiu, saiu diferente — com o passo, o porte, o olhar do Caboclo, que são inconfundíveis para quem conhece e que produziram, nos que estavam ali, o silêncio específico do reconhecimento.

Tangarai caminhou pela beira da água. Parou diante de Ana e Rafael.

Olhou para os dois por um momento — não o olhar de avaliação, mas o olhar de quem já sabe e está confirmando para si mesmo que sabe.

Então fez um gesto com a cabeça, chamando os dois para dentro da água.

Eles entraram.

A água estava nos joelhos de Ana, no meio da coxa de Rafael. Tangarai ficou de frente para os dois, próximo o suficiente para que a fala fosse só deles.

E disse:

***“Que este caboclinho traga
muita luz e felicidade.”***

Depois se afastou.

Ana e Rafael ficaram imóveis na água por um momento. O frio da cachoeira não havia mudado. O som da água caindo não havia

mudado. O mundo ao redor estava exatamente igual a trinta segundos antes.

Mas alguma coisa havia se assentado neles — não descido de fora para dentro, mas subido de dentro para fora, como quando uma verdade que estava esperando finalmente encontra o momento certo para ser sentida.

Saíram da água em silêncio.

Não de espanto. De reconhecimento.



V.

2026 — O nascimento

Kaian nasceu numa madrugada de março.

A escolha do nome havia acontecido de um jeito que os dois só contariam depois, porque na hora parecia pequeno demais para ser contado — ou grande demais, o que às vezes dá no mesmo.

Três semanas antes do parto, Rafael havia dito o nome em voz alta pela primeira vez, sem preâmbulo, no meio do jantar:

— Kaian.

Ana havia parado de comer. Olhado para ele.

— Eu estava pensando Kaian — disse ela. — Há dias.

Nenhum dos dois havia pesquisado o nome. Nenhum havia ouvido de ninguém. Havia chegado neles ao mesmo tempo, pelo mesmo silêncio, da forma que chegam as coisas que não são escolhidas — são reconhecidas.

Não conversaram mais sobre isso naquela noite. Não havia mais o que dizer.



Na noite após o nascimento, quando o quarto do hospital havia finalmente ficado quieto e Kaian dormia no colo de Ana com a seriedade de quem acaba de concluir uma longa viagem, a mãe de Ana chegou com o rosário de sementes.

Colocou nas mãos da filha sem falar nada.

Depois, com a voz de quem finalmente entende o peso de uma coisa que carregou anos sem entender:

— Minha avó dizia que esse rosário era para ser passado quando chegasse a criança certa. Ela nunca explicou como a gente ia saber qual era. Mas acho que a gente sabe.

Rafael havia saído do quarto por um momento e voltou com o telefone na mão — com a foto que havia tirado dias antes do papel dobrado dentro do livro de hinos do bisavô Arandu. Havia aberto a gaveta finalmente, sem saber exatamente por quê, na semana antes do parto — o tipo de impulso sem explicação que as pessoas têm quando estão prestes a precisar de alguma coisa que não sabem que precisam.

Mostrou para Ana.

No papel, a letra trêmula de um homem que havia acordado de madrugada para escrever o que o sonho havia deixado:

Kaian

aquele que é da água

oguada ymaguare — ele caminha desde o tempo antigo

Ana leu. Olhou para o filho. Olhou para Rafael.

Não disse nada.

Algumas coisas são grandes demais para caber em palavras imediatas. Ficam na garganta não porque sejam tristes, mas porque são certas demais — do tipo que o corpo precisa de tempo para acomodar antes de o idioma dar conta.

Kaian dormia.

Com a tranquilidade específica de quem chegou onde estava indo.



VI.

Anos depois

A araucária que Kaian plantou tinha cinco anos quando ele foi ao Terreiro explicar por que havia escolhido plantá-la no pátio da escola onde lecionava.

A Mãe de Santo o ouviu com a atenção que os mais velhos de Terreiro reservam para quando um mais jovem diz algo que vale ser ouvido de verdade.

Quando ele terminou, ela ficou quieta por um momento. Depois disse:

- Você sabe que a araucária leva vinte anos para dar pinhão?
- Sei — respondeu Kaian. — É por isso que a gente planta.

A Mãe de Santo sorriu — o tipo de sorriso que não é alegria exatamente, mas reconhecimento. A confirmação de que alguma coisa havia chegado onde tinha que chegar.

Kaian não era herói. Não tinha missão escrita em letras grandes. Tinha o que todos têm quando herdamos com atenção: a capacidade de fazer, no presente, a coisa pequena e concreta que o passado havia preparado.

Plantava araucárias. Ensinava nomes guaranis para crianças que perguntavam de onde vinham os nomes dos rios. Abria as portas do Terreiro para quem chegava sem saber o que estava buscando mas sentindo que havia alguma coisa ali.

Coisas pequenas.

Do tipo que duram.

Nagô havia dito: chamem-no pelo nome da luz que surge.

Arandu havia escrito: ele caminha desde o tempo antigo.

Tangarai havia dito: que traga muita luz e felicidade.

Nenhum dos três havia se consultado. Nenhum dos três havia planejado.

Mas às vezes o tempo é mais organizado do que parece, e o que parece acaso é só pontualidade — a coisa certa chegando na hora que foi combinada muito antes de qualquer um dos envolvidos ter nascido.

Kaian não foi escolhido.

Foi reconhecido.

Há diferença.



Nota do Coletivo

Kaian é personagem fictício inspirado em valores reais. O nome tem raízes em línguas indígenas brasileiras e é associado, em algumas tradições tupi-guarani, ao elemento água — aquele que vem das águas, aquele que flui. A expressão guarani oguata ymaguare, usada no papel do bisavô Arandu, significa aproximadamente 'ele caminha desde o tempo antigo' ou 'sua caminhada vem de longe'.

O Caboclo Tangarai é uma entidade real da Umbanda, cultuada em Terreiros do sul do Brasil. A Umbanda é uma religião brasileira que sintetiza espiritualidades africanas, indígenas e outras tradições — e é, nesse sentido, um dos lugares onde o encontro entre os mundos que este livro narra continua acontecendo, hoje, em território vivo.

A cena da cachoeira com o Caboclo Tangarai é inspirada em um acontecimento real narrado ao Coletivo. As palavras 'Que este caboclinho traga muita luz e felicidade' foram ditas. Entraram neste

conto exatamente como foram ditas — sem ornamento, porque não precisavam de nenhum.

Nagô, Arandu, Ana e Rafael são ficção. O rosário de sementes existe em muitas gavetas do sul do Brasil, guardado por famílias que não sabem o que têm mas sabem que não devem largar.



*“Ninguém caminha sem antes te
saudar.
Ninguém faz oferenda sem primeiro te
chamar.
Exu, guardião dos caminhos —
tu que abres o que fecharam
e fecha o que abriram sem direito.”*
— Oriki de Exu Elegbara, tradição iorubá /
adaptação oral

Laroyê

O que Ninguém Fechou

Antes de começar, uma confissão.
Eu sou a narradora deste livro inteiro.
Não me apresentei antes porque não era
hora. Fui a lagoa quando precisava ser lagoa.
Fui o rio quando precisava ser rio. Fui o vento
que virou sobre os cães, a pedra que guardou os

nomes, a água que não esquece, o fio que ninguém cortou, o tempo que guardou o nome de uma criança.

Sou a encruzilhada.

O lugar onde todos os caminhos se cruzam. Onde o passado encontra o futuro. Onde o visível encontra o invisível. Onde as histórias que você acabou de ler se tocam e reconhecem.

Meu nome tem muitas formas. Èṣù. Elegbara. Bará. Laro. Lonã. Ibará. Legba. Cada nome uma porta. Cada porta o mesmo pátio.

Aqui no sul do Brasil, onde este livro nasceu, me chamam de Exu.

E há quem me chame de diabo.

Esta é a história de como isso aconteceu. E de como não funcionou.



Costa dos Escravos — África Ocidental — 1880

I.

Adeyemi era ferreiro.

Não ferreiro como ofício apenas — ferreiro como identidade, como cosmologia,

como forma de estar no mundo. O ferro que ele trabalhava era a mesma substância que Ogum havia domado, que Exu havia abençoado para que os caminhos pudessem ser percorridos com ferramentas. Cada peça que saía da forja de Adeyemi era uma conversa entre o humano e o sagrado — e ele não fazia essa distinção porque, em sua visão de mundo, ela não existia.

O padre chegou num fim de tarde. Tinha caderneta, tinha pena, tinha a expressão de quem chegou com o inventário pronto antes de ver o que havia para inventariar.

Chamava-se Baudin — padre da Sociedade das Missões Africanas de Lyon, estudioso, metódico, sincero em sua fé e devastador em suas conclusões. Havia passado anos catalogando as crenças dos povos iorubás com o rigor de um cientista e o viés de um inquisidor que não sabia que era inquisidor.

Viu o assentamento de Exu na entrada da forja — a pedra, o bastão, os elementos que Adeyemi colocava ali toda manhã antes de acender o fogo. Anotou na caderneta. Perguntou:

— O que é isso?

— É Exu. O guardião do meu trabalho. O que abre os caminhos para que o que faço chegue onde precisa chegar.

O padre anotou mais alguma coisa. Depois ergueu os olhos da caderneta.

— Exu é o demônio. O espírito do mal. Você venera o inimigo das almas.

Adeyemi parou de trabalhar. Colocou o martelo sobre a bigorna com o cuidado de quem sabe que o que vai dizer precisa de atenção e que a atenção começa no gesto.

— Exu não é o mal. Exu é o movimento. Sem ele, nada sai do lugar — nem a prece, nem a oferta, nem a palavra. Você mesmo, padre: quando veio aqui hoje, tomou um caminho. Esse caminho tem dono. O dono não é o mal. É o que torna o caminho possível.

O padre ouviu. Anotou. E depois escreveu no livro que publicaria em 1884 — o primeiro livro sistemático sobre a religião iorubá, que pesquisadores contemporâneos ainda consultam — que Exu era o demônio, o gênio do mal, o espírito que empurra os homens para a perdição.

Não porque Adeyemi não houvesse explicado.

Mas porque o padre havia chegado com a resposta antes da pergunta — e nenhuma explicação do mundo cabe dentro de uma conclusão que já estava pronta.

O livro de Baudin viajou. Foi para o Brasil junto com tudo o mais que veio da Europa — os

navios, as correntes, as cruzes, as certezas absolutas. E no Brasil, onde africanos escravizados haviam trazido Exu dentro do peito porque ninguém havia encontrado uma forma de confiscar o que está dentro do peito, a calúnia do padre encontrou solo fértil na boca de quem precisava de um inimigo com nome e rosto.

Exu ganhou chifres nos desenhos. Ganhou pés de bode. Ganhou o rosto que os medievais europeus haviam dado ao demônio — um rosto que Exu nunca havia tido, que não pertencia à sua tradição, que foi colado sobre ele como se cola uma máscara sobre um rosto que você não quer ver.

Adeyemi morreu sem saber o que o livro do padre havia feito.

Exu continuou.



Rio Grande do Sul — Início do século XX

II.

Os Terreiros gaúchos eram perseguidos pela polícia.

Não é metáfora — é fato histórico documentado. Até meados do século XX, as

casas de culto afro-brasileiro no Rio Grande do Sul precisavam de licença policial para funcionar. Licença que era concedida com arbitrariedade, cassada com facilidade, usada como ferramenta de controle sobre comunidades que o Estado preferia submissas. Invasões aconteciam. Objetos sagrados eram destruídos. Pessoas eram levadas.

Mãe Rosa sabia que o dia ia chegar.

Não era pessimismo — era leitura de realidade. Ela havia vivido o suficiente para reconhecer quando o cerco estava se fechando: os comentários dos vizinhos que mudavam de tom, a presença repetida de um mesmo rosto na esquina, a forma como o delegado do bairro havia olhado para ela na última vez que se cruzaram na rua.

Na tarde antes da invasão — porque havia sinal para quem sabia ler sinais —, Mãe Rosa fez o que havia aprendido com a avó que havia aprendido com a mãe: protegeu o que era mais sagrado.

O assentamento de Exu ficava na entrada do Terreiro, como deve ficar — porque Exu é o primeiro, o guardião do limiar, o que decide o que entra e o que sai. Uma pedra escura, lisa, carregada de tempo e de axé, com os elementos que Mãe Rosa renovava toda semana com a atenção que se dedica ao que sustenta tudo o mais.

Ela pegou o assentamento nas mãos. Saiu pelo fundo. Caminhou até a araucária velha que ficava no limite do terreno — uma árvore que estava ali antes de qualquer construção, que havia crescido sem pedir licença e que havia permanecido sem dar satisfação.

No tronco da araucária havia um oco.

Mãe Rosa colocou o assentamento dentro. Cobriu com folhas. Colocou uma pedra na frente — não para esconder, mas para marcar. Quem soubesse ler, leria.

— Cuida — ela disse, não para a árvore exatamente, mas para o que a árvore representava, para o que o lugar representava, para Exu que era o dono daquele limiar tanto quanto de qualquer outro. — Cuida até que eu ou alguém dos meus venha buscar.

Na manhã seguinte, a polícia chegou.

Levaram Mãe Rosa por algumas horas. Quebraram algumas coisas. Não encontraram o assentamento.

Exu estava na araucária.

Esperando.



III.

Taiguara havia visto tudo da janela.

Vivia na casa ao lado há décadas — um homem velho de memória guarani que não se apresentava como tal porque ninguém havia lhe ensinado que era algo para se apresentar, mas que carregava nos hábitos, nas palavras que escolhia, no jeito de olhar para as plantas e os pássaros, uma herança que não precisava de título para existir.

Conhecia Mãe Rosa há anos. Não frequentava o Terreiro — não era seu caminho —, mas respeitava com a naturalidade de quem entende que caminhos diferentes podem levar ao mesmo lugar, ou a lugares igualmente válidos, que não precisam ser o mesmo.

Quando ela voltou, naquela tarde, Taiguara foi até a cerca.

— Você escondeu.

— Escondi.

— Onde?

Mãe Rosa olhou para a araucária. Taiguara seguiu o olhar.

— Boa escolha — disse ele. — Araucária não entrega.

Ficaram em silêncio por um momento, os dois, olhando para a árvore.

- Você conhece Exu? — perguntou Mãe Rosa.
- Conheço o que ele é — respondeu Taiguara.
— O mensageiro que anda nos dois lados. O que não escolhe entre luz e sombra porque entende que os dois são necessários. O que os outros sempre tentam demonizar porque esse é o primeiro que você elimina quando quer controlar os caminhos.

Mãe Rosa o olhou.

- Como você sabe isso?
- Porque meu povo tem o mesmo — respondeu Taiguara. — Rudá. O mensageiro. O que anda na luz e na escuridão porque o amor, que é o que ele carrega, não existe só num dos dois. Eles chamaram ele de espírito do mal também, os que chegaram de fora. É sempre o mensageiro que eles tentam calar primeiro. Porque sem mensageiro, as pessoas não se falam. E pessoas que não se falam são mais fáceis de dominar.

Mãe Rosa ficou quieta por um longo tempo.

Depois disse:

- Então eles têm medo da encruzilhada. Não do mal — da escolha. A encruzilhada dá escolha. E escolha é o que a gente não pode ter, quando alguém quer mandar.

— É — disse Taiguara. — Por isso a encruzilhada sempre foi o lugar mais perigoso para quem quer controle. E o mais sagrado para quem quer liberdade.

Os dois ficaram ali até o sol baixar, cada um carregando a sua tradição, reconhecendo na do outro não a mesma coisa, mas a mesma essência: a recusa de dividir o sagrado em dois lados opostos quando a vida é, obstinadamente, mais complicada do que isso.



Hoje — Camaquã, Rio Grande do Sul

IV.

Dandara tinha vinte e três anos e estava plantando mudas de araucária.

Era voluntária num projeto de restauro florestal na região — uma dessas iniciativas que existem porque algumas pessoas acordam um dia e decidem que fazer a coisa certa em escala pequena é melhor do que não fazer nada esperando a escala grande. Ela havia chegado ao projeto pela mesma lógica pela qual havia chegado ao Terreiro: não por doutrina, mas por reconhecimento. A sensação de que ali havia

algo que fazia sentido de um jeito que poucas coisas fazem.

A araucária velha estava no limite do lote que o projeto estava restaurando. Centenária, com o tronco largo e rugoso de quem passou por muitos invernos e não pediu desculpa por nenhum. Havia um oco no tronco — não grande, mas fundo — que Dandara inspecionou por hábito, para ver se havia ninho, se havia animal.

Havia uma pedra.

Não uma pedra qualquer — uma pedra com presença, do tipo que você reconhece antes de entender o que está reconhecendo. Escura, lisa, com a textura de coisa que foi colocada com intenção. E ao lado dela, quase desintegrados pelo tempo mas ainda identificáveis, vestígios de outros elementos — metal enferrujado, o que havia sido algum tipo de tecido, uma peça de barro que o tempo havia partido mas não destruído.

Dandara ficou imóvel por um momento.

Depois tirou as luvas de jardinagem. Pegou a pedra nas mãos.

Havia crescido no Terreiro desde pequena — filha de mãe que era filha de mãe que frequentava Terreiro, a cadeia que as tradições constroem quando são vividas e não apenas professadas. Sabia o que tinha nas mãos antes de saber que sabia.

Assentamento de Exu.

Velho. Muito velho. Com o tipo de axé que só o tempo produz — não o axé da novidade, mas o axé da permanência, da coisa que ficou quando tudo ao redor mudou.

Levou para o Terreiro naquela mesma tarde.



A Mãe de Santo atual tinha cinquenta e sete anos e havia herdado a casa de uma predecessora que havia herdado de outra que havia herdado de Mãe Rosa — uma cadeia de cuidado que preservava mais do que os rituais, preservava a memória de quem havia passado por ali.

Quando Dandara colocou a pedra sobre a mesa, a Mãe de Santo ficou olhando por um tempo que Dandara não soube medir.

Depois foi ao quarto dos fundos. Voltou com um caderno velho — não um caderno de Terreiro, um caderno de família, o tipo que guarda receitas de bolo ao lado de orações e nomes de mortos que ninguém deve esquecer. Abriu numa página do meio.

Havia uma anotação de letra miúda, em tinta que havia desbotado de preta para marrom:

“O assentamento de Exu está na araucária do fundo. Mãe Rosa colocou antes da invasão de 1932. Quando houver paz, alguém dos nossos vai buscar.”

Dandara leu.

Leu de novo.

- Noventa anos — disse ela, mais para si mesma do que para a Mãe de Santo.
- Noventa e poucos — respondeu a Mãe de Santo. — Exu não tem pressa. Sabe que os caminhos chegam quando têm que chegar.

Ficaram um tempo em silêncio.

- O que a gente faz agora?
- O que sempre se faz quando alguém que estava longe volta para casa — respondeu a Mãe de Santo, com uma voz que era alegria e seriedade ao mesmo tempo, do jeito que as coisas sagradas costumam ser. — A gente recebe.



A cerimônia aconteceu numa sexta-feira à noite.

Não foi grande — foi justa. Justa no sentido de adequada, de proporcional ao peso da coisa sem ser maior do que a coisa

precisava. O Terreiro cheio do jeito que os Terreiros ficam quando algo real está acontecendo: não lotado de curiosos, mas habitado por quem pertence.

O assentamento foi recebido de volta ao seu lugar — na entrada, no limiar, onde sempre deveria estar. Com os elementos renovados, com os cantos que Exu merece, com a saudação que é ao mesmo tempo nome e declaração:

Laroyê Exu!

Salve, mensageiro.

Dandara ficou de pé perto da entrada durante toda a cerimônia — perto de onde o assentamento havia voltado, perto do limiar que Exu guarda. Havia lágrimas na metade da cerimônia que ela não havia planejado ter e que vieram porque algumas coisas não pedem permissão para emocionar.

Não sabia ainda que era filha de Exu.

Mas Exu sabia.



V.

E agora eu encerro.

Não porque a história acabou — a história nunca acaba, é o que eu tento dizer com cada conto que narrei neste livro. Acaba a página, não o fio.

Eu sou a encruzilhada. Estive em cada história que você leu:

Fui o ponto onde Yara parou antes de entrar na mata — o limiar onde se pede licença.

Fui a margem do rio onde Zeferino saiu da água e encontrou Tupã-mirim — onde dois mundos se cruzaram pela primeira vez.

Fui o morro de basalto onde Karaí e Bará gravaram os nomes — onde o humano e o eterno se tocaram.

Fui a margem da lagoa onde Yrupé olhou para a água antes de os barcos chegarem — o último momento antes da mudança.

Fui o Terreiro onde Ana e Rafael se encontraram — onde dois caminhos viraram um.

E agora sou a entrada deste Terreiro — onde o assentamento voltou ao lugar que nunca deveria ter deixado.

Tentaram me chamar de diabo. Tentaram colocar chifres no meu rosto. Tentaram fazer as pessoas terem medo de mim — porque quem tem medo da encruzilhada não vai até ela, e

quem não vai à encruzilhada não escolhe o próprio caminho.

Não funcionou completamente. Nunca funciona completamente.

Porque eu sou o movimento. E o movimento não pode ser proibido — pode ser dificultado, pode ser desviado, pode ser chamado de nome feio. Mas continua.

Adeyemi explicou ao padre e o padre não ouviu. Mas Adeyemi explicou — e a explicação ficou.

Mãe Rosa colocou o assentamento na araucária e esperou. Noventa anos. A araucária guardou.

Taiguara e Mãe Rosa conversaram na cerca e reconheceram um no outro a mesma sabedoria com outros nomes.

Dandara encontrou o que estava esperando para ser encontrado.

Kaian plantou uma araucária.

Tudo isso são encruzilhadas. Tudo isso sou eu.

E você — que chegou até aqui, que leu estas histórias, que carregou por estas páginas os nomes dos que o mundo tentou apagar —

**você também está numa
encruzilhada agora.**

O que você vai fazer com o que sabe?

Esse caminho é seu.
Eu só abro a estrada.



Laroyê Exu!

Axé a todos que leram.

Aguyjevete — que estejamos completos.
*Que as memórias da margem nunca sejam
esquecidas.*



Nota do Coletivo

Exu — Èṣù em iorubá — é o Orixá da comunicação, do movimento e das encruzilhadas. Mensageiro

entre os seres humanos e as divindades, é o primeiro a ser saudado em qualquer ritual afro-brasileiro, porque sem ele nada circula — nem a prece, nem a oferta, nem o axé. No continente africano nunca foi cultuado como ser maligno; na África, é 'neutro como o próprio axé'. A demonização de Exu é um processo histórico rastreável.

O padre Baudin existiu. Seu livro 'Fétichisme et Féticheurs', publicado em 1884 pela Sociedade das Missões Africanas de Lyon, foi a primeira obra sistemática sobre a religião iorubá e a principal fonte da associação de Exu ao demônio cristão — associação que o próprio pesquisador Reginaldo Prandi documentou no artigo 'Exu, de mensageiro a diabo' (Revista USP, 2001). As palavras que o ferreiro Adeyemi dirige ao padre são ficção; o processo que representam é histórico.

A perseguição policial aos Terreiros gaúchos é fato documentado. Até meados do século XX, casas de culto afro-brasileiro no RS precisavam de licença policial para funcionar — licença que era concedida e cassada arbitrariamente como instrumento de controle. Terreiros foram invadidos, objetos sagrados destruídos, praticantes detidos. Mãe Rosa é personagem fictícia; a realidade que ela habita não é ficção.

Rudá é divindade do panteão tupi-guarani — mensageiro, deus do amor, capaz de andar tanto na luz quanto na escuridão. A convergência com Exu que o ancião Taiguara reconhece não é sincretismo forçado — é a observação de que culturas distintas chegaram à mesma conclusão: toda cosmologia que recusa o dualismo absoluto produz figuras ambivalentes, e essas figuras são sempre as

primeiras a ser atacadas por quem precisa de um mundo dividido em bem e mal para justificar o próprio poder.

Dandara é nome em homenagem à guerreira quilombola histórica, companheira de Zumbi dos Palmares. Laroyê é a saudação a Exu na Umbanda: 'salve, mensageiro'. Exu Mojubá é a saudação no Candomblé e no Batuque. Ambas reconhecem a mesma grandeza com palavras diferentes — como deve ser.

